

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
OFICINA DE HISTÓRIA

*A Situação
nas Antigas
Zonas Libertadas
de Cabo Delgado*

1983

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

OFICINA DE HISTÓRIA

*A Situação
nas Antigas
Zonas Libertadas
de Cabo Delgado*

1983

CONTEUDO

I. PREFACIO	1
Nota sobre a estrutura e a problemática do texto	2
Divulgação da Informação	3
II. MUEDA ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENCIA	5
A Luta Armada	5
A Economia Política colonial de Mueda	6
As contradições nas Zonas Libertadas	7
Interpretações dos camponeses sobre as Zonas Libertadas	9
As Zonas Libertadas de hoje	10
III. A ALDEIA NAMAUA	13
Breve descrição de Namaua	13
Namaua durante o tempo colonial	13
Namaua e a Luta Armada	18
Economia política de Namaua desde 1974	18
Namaua e a socialização do campo	20
Namaua e as estruturas políticas	24
Aldeia Namaua: conclusão	26
IV. A COOPERATIVA AGRICOLA MOCAMBIQUE	28
Introdução	28
Os sectores produtivos	30
Os cooperativistas	36
Contradições	37
O apoio estatal	43
A cooperativa Moçambique, Modelo?	45
A intervenção política e o controlo popular	46
V. ALDEIA NANHALA	49
Introdução descritiva	49
Transição e Pós-Independência	50
Formas de produção colectiva	52
Problemas específicos: escola, saúde, transportes	54
Conclusões	55
VI. CONCLUSÃO GERAL	58

I. PREFACIO

Este é o primeiro relatório elaborado para uma circulação mais vasta pela Oficina de História do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, sobre a situação actual (1982-1983) nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado. Outros relatórios para uma circulação mais restrita foram preparados e apresentados às estruturas provinciais de Cabo Delgado em 1982 e 1983.

A Oficina de História vem realizando um projecto de investigação no distrito de Mueda desde 1981. Duma certa maneira, este trabalho pode ser considerado como uma continuação duma investigação feita por uma brigada em 1979 sobre a "Resistência Popular em Moçambique" no distrito de Mueda e dirigida por Aquino de Bragança e Allen Isaacman.

O objectivo fundamental do projecto de investigação em que se insere este relatório é o estudo do desenvolvimento da luta armada em Cabo Delgado. No entanto, no decorrer dos trabalhos de campo e da análise dos dados recolhidos chegou-se à conclusão que não era possível compreender as transformações operadas no período 1964-1974 se não compreendesse a situação actualmente existente no distrito. A situação actual tem aspectos semelhantes à estrutura social anterior, o que possibilita uma análise mais profunda do passado a luz dos dados mais amplos do presente. Naturalmente, para compreender o presente, é também necessário compreender o passado. Ambas as características do trabalho da Oficina de História são interdependentes. Foi esta a razão que nos levou a debruçarmo-nos sobre varios aspectos ligados a socialização do campo, e ao funcionamento das estruturas do poder popular naquelas zonas.

O presente relatório cuja primeira versão já foi entregue ao então Primeiro Secretário do Partido na Provincia de Cabo Delgado e Governador da Provincia Major General Armando Panguene, analisa duma maneira bastante detalhada uma cooperativa e duas aldeias no distrito de Mueda.

A Cooperativa Agrícola Moçambique (CM no texto) foi seleccionada para ser estudada pelas seguintes razões:

1. é a cooperativa que mais se desenvolveu em todo o distrito de Mueda;
2. ao contrário da maior parte das cooperativas, a iniciativa para a sua criação surgiu no interior do campesinato próprio e não das estruturas do Partido ou do Estado.

As duas aldeias analisadas -- Namaua e Nanhala -- apesar de terem uma história bastante diferente quanto à sua formação e desenvolvimento colocam os mesmos tipos de problemas encontrados um pouco por todo o distrito. Namaua, é considerada no distrito uma aldeia piloto. Nanhala é uma comunidade que precisa de ser compreendida porque está situada na zona baixa na qual se pretende fixar a população excedentaria do Planalto.

Nestas mesmas aldeias foram recolhidas histórias da vida de camponeses --homens e mulheres-- que nos permitem obter material primário para divulgação da História da Luta Armada. Alguns estudos já foram elaborados com base nesses dados e serão publicados no Boletim "Não Vamos Esquecer".

Nota sobre a estrutura e a problemática do texto

As razões que nos levaram a adoptar a presente estrutura de exposição na apresentação do relatório, são as seguintes:

1. A estrutura da consciência histórica dos aldeões destaca os vários períodos de tal forma que mesmo não querendo este caminho, a memória dos aldeões impõe com força esta estrutura na qual eles destacam em particular, como padrão principal de referência histórica o período da Luta Armada.
2. O princípio que a FRELIMO sempre aplicou durante o tempo da Luta Armada segundo o qual a resolução das contradições é possível só quando são estudadas a fundo a situação ou as situações donde nasceram as contradições.
3. O tom coloquial utilizado (que deriva um pouco da utilização das palavras dos próprios camponeses, e a riqueza de detalhe permitem que todos aqueles que leiam o relatório e sobretudo aqueles que tenham que trabalhar no campo em situações semelhantes possam compreender a necessidade e importância da informação que se pode recolher para planificar qualquer trabalho de intervenção política.

Ao longo do tempo temos tentado melhorar a análise, mas mesmo assim continuam a ter lacunas, fraquezas. Apesar dessas, decidimos divulgar o relatório chamando, no entanto, a atenção dos leitores para os seguintes pontos:

1-No que respeita à compreensibilidade da história da Luta Armada é ainda necessário aprofundar e aperfeiçoar o trabalho analítico. Não basta dizer-se que esta história foi ideologizada, ou idealizada; é necessário estudar-se porque foi ideologizada, quais as forças que impuseram esta ideologização, por um lado, e quais as forças ou as circunstâncias que fazem com que seja possível dizer-se hoje que esta história foi ideologizada, por outro lado.

Sobre a história da Luta Armada, existem pelo menos 2 interpretações, nitidamente separadas. Por um lado há uma interpretação que corrobora a noção de que durante a Luta todas as contradições foram resolvidas. Por outro lado, existe uma apresentação mais contraditória, uma apresentação mais analítica, que procura analisar as contradições e fazer uma avaliação menos simplificada. Quer dizer que por um lado há uma apresentação que se pode chamar triunfalista, e por outro lado uma apresentação mais ponderada. Ao enfrentar estas duas interpretações diferentes, certos historiadores diriam que a verdade deve estar algures "no meio", mas isto seria evitar o trabalho necessário de análise, que procura explicar as razões da segunda.

Existe uma terceira interpretação que, implícita ou explicitamente, considera a experiência da Luta Armada como sendo irrelevante. Esta terceira interpretação pode ter consequências muito sérias na fase actual da Luta. Uma delas seria a de eliminar a Luta Armada ou, mais concretamente, a experiência das Zonas Libertadas como um dos pontos de referência histórico que, aliás, tem permitido às populações das Zonas Libertadas comparar os progressos daquela fase com os do período actual.

2- Eliminando este ponto de referência, reforçar-se-ia uma tendência já existente de só comparar a situação actual com o tempo colonial.

3- O que foram exactamente as condições de vida dentro das Zonas Libertadas? Esta pergunta tende a trazer respostas impressionistas. Tem sido bastante difícil quantificar este tipo de afirmações. Por exemplo, quando dizem que "o essencial não faltava", seria bom saber o que faltava e por quanto tempo. Mais, como pudemos verificar no caso do tratamento das mulheres, o comportamento dos quadros nem sempre era exemplar. Tentamos superar estas lacunas, mas essas tentativas conduziam muitas vezes a uma maior confusão por causa das discordâncias. Vê-se isto nitidamente no caso da Cooperativa Moçambique, onde os dados financeiros não permitem saber donde vieram os 450 contos. As dificuldades vêm não só da confusão que reina a nível da fonte própria, mas também duma falta de rigor no processo de recolha e de verificação dos dados.

4- No que respeita à análise, ainda predomina a descrição. Importa muito mais analisar e explicar os porquês do não funcionamento de certas Estruturas Estatais. Aquilo que se vê, aquilo que se observa, constituem só a parte visível ou observável do processo. Falta entretanto pesquisar as aparências para se compreender o que se vê.

Divulgação da Informação

A primeira versão deste relatório foi já discutido com os administradores de Distrito, O Primeiro Secretário do Partido, o Responsável do FO 9, os Quadros da Saúde e Obras Públicas, tendo sido feitas algumas críticas que tentamos tomar em conta na elaboração da presente versão.

Na versão apresentada em Abril 1982 foi proposto o estudo do poder popular. Nos trabalhos concluídos em Agosto 1982, só foi possível realizar uma parte deste estudo.

Maputo, 16 de Dezembro de 1983

**Autores: Aquino de Bragança
Yussuf Adam
Jacques Depelchin
Anna Maria Gentili
Gary Littlejohn
Valdemir Zamparoni**

Todos da Oficina de História do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. A responsabilidade deste relatório é do Centro de Estudos Africanos, sob a direcção de Aquino de Bragança, Director.

II. MUEDA ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENCIA

A Luta Armada

Os primeiros grupos de guerrilheiros da FRELIMO que chegaram ao interior de Cabo Delgado em Abril de 1964, bem como os mobilizadores políticos que actuavam na região desde 1962 no processo de mobilização e de criação de condições para as acções militares, (recrutamento de militantes, venda de cartões, mobilização de jovens para irem estudar ou para receber treino militar no exterior) chamaram a atenção da população contra as represálias e retaliações do governo colonial como resposta ao início da Luta Armada. Isto não foi difícil pois que com a morte do padre Daniel Boorman, o colonialista português já tinha intensificado a repressão, queimando casas, e aumentando a tortura das pessoas detidas na ilha do Ibo.

Uma das formas de escapar a esta reacção dos colonos era abandonar as povoações conhecidas e de refugiar-se em áreas de difícil acesso e onde existissem condições naturais para viverem o mais longe possível desta reacção (grutas, florestas, serras, etc).

Este apelo foi recebido e entendido de várias maneiras pelas populações. Uma parte dos camponeses foi imediatamente para o mato pensando que rapidamente, talvez antes do Natal de 1964 pudessem já regressar à casa. Outros não acreditaram ou foram impedidos pelos régulos de se retirarem para áreas remotas. No entanto, a reacção dos portugueses às primeiras acções militares fez com que a maior parte dos habitantes do Planalto mudasse as suas residências, evitando assim a sua localização rápida pelos portugueses. Com o desenvolvimento da Luta Armada de Libertação Nacional, os Portugueses foram forçados pelas Forças Populares de Libertação de Moçambique a recuar para alguns pontos a partir dos quais tentaram neutralizar a estratégia militar da FRELIMO e readquirir o controlo das populações.

A estratégia militar portuguesa apesar das variações tácticas introduzidas pelos altos comandos coloniais "em consulta" constante com especialistas da NATO, teve sempre as seguintes linhas mestras:

- a) acções militares directas contra as populações;
- b) infiltração de agentes;
- c) acção psico-social;
- d) destruição dos campos de cultivo.

As estruturas que a FRELIMO tinha criado (districts, branches, chairmen, comités) foram-se fortalecendo neste período inicial tendo começado a fazer sentir a sua acção de uma forma minimamente organizada a partir de 1965, altura em que foram postos a funcionar alguns mecanismos e se criaram as bases de um sistema de abastecimento das populações do interior.

A necessidade de resolver os problemas do quotidiano das populações que viviam nas florestas a volta do Nguri, em Chinheu, nas matas perto do Rovuma ou em certas zonas da baixa, de alimentar os guerrilheiros, de ampliar as acções militares e defender as populações, fez com que começasse a surgir nestas áreas zonas semi-libertadas, quer dizer os rudimentos do sistema alternativo de produção, de administração e de desenvolvimento que se transformou depois em zonas libertadas.

No entanto, as novas condições criadas pela Luta Armada fizeram com que certas contradições inerentes a economia política desta região se manifestassem.

A Economia Política Colonial de Mueda

A economia política do Planalto de Mueda, que corresponde grosso modo ao Primeiro e Segundo sectores do campo de operações da FRELIMO em Cabo Delgado durante a Luta Armada, apresentava as seguintes características durante o tempo colonial:

i. Reserva de força de trabalho. Uma boa parte dos homens da região trabalharam durante uma parte da sua vida nas plantações de sisal do Tanganyika ou noutra actividade assalariada. Ao nível interno de Moçambique, a força de trabalho da região, era capturada e encaminhada pelas autoridades coloniais portuguesas tanto para as plantações de sisal de Mocimboa da Praia (Mpanga) ou nas proximidades de Porto Amelia (Nangororo -- não confundir com a missão Nangololo). Um pequeno número de indivíduos tiveram a possibilidade de se empregarem em algumas cantinas da região (como carregadores, mainatos ou criados) ou nas missões em diversas actividades (catequistas, professores, cozinheiros ou lojistas).

ii. Produtor de excedentes agrícolas. A maior parte dos camponeses da região dedicavam-se à produção agrícola que permitia a sobrevivência e a reprodução da família. Esta região produzia para além de cereais, oleaginosas e algodão que eram comercializados através do sistema então existente.

Este panorama fez com que ao nível do campesinato da região surgisse uma diferenciação. Um grupo no seio do campesinato acumulou alguma riqueza através do comércio ambulante ou mesmo da agricultura. O pequeno fundo que se conseguia obter através de um período de trabalho no Tanganyika, era convertido em capufanas ou outros produtos (bicicletas ou rádios) que depois eram introduzidos no circuito comercial, obtendo assim o indivíduo envolvido nesta troca um lucro suplementar. Outros utilizavam o dinheiro que tinham para obter força de trabalho extra para aumentar as suas machambas pessoais.

Este pequeno grupo que acumulava a partir de relações de exploração estabelecidas com a maior parte dos camponeses através do comércio ou do salário encontrava-se limitado nos seus

projectos pela administração colonial portuguesa que colocava uma série de entraves ao comércio indígena, considerado na generalidade como contrabando.

As várias tentativas feitas por este pequeno grupo de camponeses para desenvolver actividades económicas em seu proveito próprio, mesmo nos moldes estabelecidos pelo governo colonial -- a colectiva Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, ou individualmente (lojas de pau a pique, machambas) foram bloqueadas pelo aparelho do estado português.

O grupo provavelmente mais potente foi o dos chefes tradicionais. Entre esses existiam também conflitos que apareceram na altura da ocupação Portuguesa com alguns que se bateram, outros que recusaram. Mas o ponto comum entre eles era que através da sua posição controlavam por um lado o acesso à terra e por outro lado, através deste acesso, atraíam famílias e clãs cujo tamanho acabavam por determinar a força económica e política de cada chefe. Mas com a ocupação cada vez mais efectiva dos colonialistas esta força económica e política já não se media em terras e números de pessoas mas também em dinheiro. Tal dinheiro era importante não só no processo geral de troca, mas na aquisição de produtos muito apreciados pelos habitantes do Planalto como espingardas, enxadas e sal.

Esta referência é feita para chamar atenção ao facto que a ocupação física dos Portugueses do planalto não era o factor maior. Em termos económicos e sociais o impacto maior veio da penetração das relações de mercado que transformaram as relações entre homens e terra, até o ponto de introduzir a venda de terra nos anos trinta.

As Contradições nas Zonas Libertadas

O desenvolvimento da guerra e a consequente destruição da rede administrativa colonial permitiu o desenvolvimento de uma actividade económica liberta das normas coloniais.

Esta situação permitiu que a camada diferenciada dos camponeses beneficiasse das novas condições que removeram os obstáculos postos pelos portugueses à acumulação para pôr em funcionamento um modelo de produção e distribuição, baseado na exploração comercial do resto do campesinato através da troca desigual ou da exploração da força de trabalho. Por outro lado a camada mais pobre viu na FRELIMO uma oportunidade de participar na organização e na direcção da sua vida. Nos sectores e nos momentos em que membros desta camada queriam actuar, entravam logo em choque com os que viam na FRELIMO o instrumento mais eficaz para realizar as suas ambições e tomar o lugar dos portugueses sem que nada se modificasse no sistema económico e político. Pouco a pouco esta situação começou a estalar e a tornar-se cada vez mais clara quando se começou a fazer sentir a contradição entre as formas colectivas de produção e a

apropriação individual desse trabalho por esse estrato cuja figura mais destacada e representativa foi Lázaro Nkavandame.

Esta contradição fez-se rapidamente sentir no seio da FRELIMO tendo levado ao assassinato do Presidente Eduardo Mondlane e a uma cisão entre as duas linhas no seio da direcção.

As consequências desta contradição começaram a fazer-se sentir primeiro nas zonas de combate, tendo sido sentidas pela direcção militar, que no processo de resolução das contradições surgidas se vê forçada a transformar-se numa direcção político-militar.

Foi esta forma de sentir e resolver as contradições e esta prática constante de um novo tipo de poder que caracterizou as zonas libertadas e não tanto um avanço tecnológico e científico ao nível da produção.

Os aspectos mais importantes deste tipo de poder eram:

- os métodos e formas de mobilização popular;
- a resolução dos problemas apresentados;
- estilo de trabalho e comportamento dos quadros.

-Métodos e formas de mobilização popular

A mobilização não se fazia só pelos grandes dirigentes. No processo de mobilização entravam varios factores. Entre os mais importantes havia a necessidade de explicar a fundo porque se lutava contra os portugueses. Para isso era importante canalizar a vontade de participação do povo, informando-o constantemente não só sobre o sentido da guerra, mas também sobre o tipo de sociedade que se queria criar. Esta concepção da mobilização não era compartilhada por toda a FRELIMO. Por exemplo, uma das queixas que faziam as mulheres do Nkavandame e dos seus agentes era precisamente que só "guardava o seu segredo para os homens".

-A resolução dos problemas apresentados e estilo de trabalho e comportamento dos quadros.

Há uma ligação entre estes dois pontos porque a resolução dos problemas necessariamente passava pelos quadros. Apreciados eram os quadros que viviam os problemas do povo e que procuravam resolver os problemas com o povo e não isoladamente.

Mais uma vez um dos melhores testes dum comportamento exemplar dizia respeito ao papel da mulher na Luta Armada. E preciso também acrescentar que os métodos de trabalho devem ser analisados em relação a vários momentos do processo. Os moçambicanos juntaram-se às fileiras da FRELIMO não só porque a FRELIMO era uma frente de combate. O tipo de poder que chegou a ser reconhecido depois de longos anos de luta como poder popular não nasceu de um dia para o outro.

Mesmo no fim da Luta, sobretudo após a derrota do Nó Gordio, o poder popular apesar de ser um objectivo constante não chegou a ser uma característica inerente à FRELIMO. Para manter esta

característica era preciso um combate permanente. Mais: a sua aplicação encontrava-se de forma desigual nas várias frentes e nos vários sectores da Luta.

Interpretações dos Camponeses sobre as Zonas Libertadas

No seio dos camponeses encontram-se difundidas várias opiniões sobre a Luta Armada e sobre a vida nas Zonas Libertadas, mas que podem ser resumidas e apresentadas em duas grandes linhas:

i. Para um grupo de camponeses as coisas funcionavam bem porque havia no tempo da guerra pontos de vigilância, porque se batia, porque se levava as pessoas para Moçambique. Em suma, tendem a sobrevalorizar os aspectos repressivo-administrativos.

ii Para um outro grupo o aspecto mais importante era que as pessoas participavam na discussão dos assuntos, eram ouvidas as suas opiniões, discutiam-se os problemas até se tomar uma resolução em conjunto. A FRELIMO cumpria depois as promessas que eram feitas e quando as coisas não eram cumpridas, o responsável podia ser criticado por qualquer um. Os responsáveis eram responsáveis, mas as pessoas que trabalhavam com eles não se sentiam inferiorizadas.

Estas descrições feitas pelos camponeses não são apresentadas como opiniões soltas dependentes da vontade de cada um mas sim enquadradas na análise que fazem de diversos aspectos relacionados com a vida da sua aldeia ou do distrito onde vivem.

E muito evidente que os camponeses que participaram na Luta Armada têm uma perspectiva informada pela situação actual. O facto de atravessarmos um período difícil faz com que a Luta Armada seja vista dum maneira distorcida, idealizada. Mas é preciso entender esta idealização não só como uma distorção, mas também e sobretudo como uma arma na luta que se trava hoje. A idealização que o camponês faz da Luta Armada é para criticar o que ele vê como a incapacidade ou a relutância do governo ou do Partido de resolver os seus problemas. Este é o sentido evidente das palavras dum aldeão de Nandimba, perto de Mueda, que perguntou retoricamente: "Como é que quando éramos doentes (quer dizer no tempo da Luta Armada) trabalhávamos muito bem, mas hoje (já acabou a guerra de libertação) que estamos bons não conseguimos trabalhar?"

Por seu lado, o burocrata que não gosta de crítica é capaz de fazer uma utilização abusiva e demagógica da Luta Armada, dizendo que "durante a Luta Armada sofreu-se muito mais, morreram pessoas para que os sobreviventes gozassem daquilo que não tinham, e vocês não tem outra coisa a fazer a não ser queixas". Portanto a história das Zonas Libertadas é muito mais do que o relato dos acontecimentos; faz parte das armas que se utilizam ao nível ideológico. A produção da história faz parte integral da luta de classes. E é muito provável que nesta batalha o camponês

também não hesite em disfarçar os dados para dar mais peso à sua argumentação, à sua visão das coisas.

As Zonas Libertadas de Hoje

Se se pergunta a qualquer camponês do Planalto de Mueda sobre os problemas que existem na sua aldeia ou no seu distrito, os seguintes problemas já conhecidos são levantados:

- i. Falta de bens de consumo básicos (açúcar, sal, óleo, roupa);
- ii. Falta de bens de produção (enxadas, catanas e limas);
- iii. Falta de infraestruturas e serviços (transportes, escolas em condições);
- iv. Mau funcionamento das estruturas políticas e administrativas a todos os níveis;
- v. Falta de terras.

A primeira vista pode parecer-nos uma repetição de coisas já ouvidas muitas vezes, mas ao tentarmos aprofundar estas questões com os nossos interlocutores, as respostas na sua maioria centram-se sobre os seguintes pontos:

- i. "Durante a Luta Armada nós tínhamos grandes dificuldades, mas o essencial não faltava. Quando faltava discutia-se e estudava-se a maneira de resolver o problema. Marcava-se uma data e cumpria-se. Prometia-se e cumpria-se."
- ii. "Durante a Luta Armada a maneira de trabalhar era outra. Nunca ninguém esperava por um responsável, era ele que vinha e esperava por nós."
- iii. "Naquele tempo nós tínhamos um governo que funcionava, hoje temos um governo de mentiras."

Esta última resposta refere-se ao "não cumprimento" de promessas da FRELIMO, esquecendo as promessas cumpridas como, por exemplo, o sistema de água.

Ao tentarmos compreender as contradições que nos eram apresentadas pelos camponeses no decorrer das entrevistas que realizámos, vimos-nos obrigados a confrontar as várias explicações que existem não só ao nível local, mas também noutros e que são as seguintes:

- i. Para alguns, os camponeses de Mueda têm um grande sentido de superioridade o que muitas vezes é apresentado, erroneamente, como uma característica étnica dos Macondes.
- ii. Para outros trata-se de uma idealização dos tempos da Luta Armada, pois agora os tempos e os problemas são outros.
- iii. Uma outra tendência que se constata é a que afirma que os Macondes sempre foram os "meninos bonitos" da FRELIMO pelo que sempre as suas exigências são cumpridas e satisfeitas. Aparentemente inocuas estas afirmações se, por um lado, revelam uma determinada concepção da Luta Armada e da Revolução

Moçambicana, servem também de ponto de partida para a implementação de uma determinada política e orientam a actuação prática de muitos quadros do Estado e do Partido. Esta actuação é contraditória, enquanto é parcialmente baseada nestas concepções diferentes. Por exemplo, a afirmação que os Macondes sempre foram os "meninos bonitos" pode ser a base duma concepção que exige tentativas de responder a todas as reivindicações.

Nesse ponto de vista, as opiniões e os desejos dos camponeses são considerados como exigências que têm que ser satisfeitos porque se trata de uma zona especial de uma população a qual se tem que dar tudo o que pede para que deixe de incomodar, e não como análise do real concreto existente no distrito feito pelos camponeses, segundo os métodos objectivos que norteiam a Revolução Moçambicana. Esquece-se que se trata de uma tentativa de interpretar de acordo com a linha que o Partido lhes ensinou e que em Mueda se manifestam com maior acuidade porque se trata de uma região onde a Luta Armada se desenvolveu num período mais longo.

Para os que pensam que os camponeses têm um sentido de superioridade, ou que trata-se de uma idealização da Luta Armada, constatamos que em vez de ouvir e prestar atenção e dar um certo crédito às palavras do camponês, há por parte de certas estruturas um paternalismo que se traduz numa escuta ritualizada: pretende-se escutar, mas sabendo muito bem que esta escuta não vai modificar em nada uma compreensão já predeterminedada. A escuta dos camponeses passa a ser um ritual bem formalizado, mas os próprios camponeses já se aperceberam disso e é por isso que eles dizem: "Sim vêm as estruturas, falam muito bem, mas têm muita pressa de voltar às suas casas."

Perante uma afirmação como aquela que compara o governo do mato e o governo de hoje, seria fácil dizer que é um exagero, e que de facto se fizeram muitas coisas desde 1974. Mas mesmo que seja um exagero, é preciso perguntar se é ou não uma avaliação correcta da situação vivida pelo camponês de hoje.

Ao tentarmos aprofundar algumas das questões, fomos obrigados a constatar que não se trata de problemas existentes só no distrito de Mueda, mas que podem ser constatados em qualquer outro ponto do país. A explicação que imediatamente é dada, sobretudo ao nível da província e dos organismos centrais, é a falta de quadros e a fraqueza das estruturas distritais.

Muitos dos quadros que existem ao nível do distrito foram formados após a independência, mas a maioria deles não cumpre as orientações traçadas. Durante a Luta Armada também havia falta de quadros mas o seu processo de formação, baseado sobretudo em Nachingwea, fazia com que fossem capazes de sentir as aspirações das populações com que trabalhavam e estabelecer uma relação de confiança com elas. A questão que temos que colocar é, porque é que os quadros formados hoje em dia não actuam como os da Luta Armada. Muitos quadros que trabalham ao nível do aparelho de estado, tentam responsabilizar as estruturas locais, mas não

reconhecem que estas estruturas foram preenchidas por quadros que estão sob seu controlo directo.

A questão fundamental que parece que tem que ser respondida é a seguinte, que também foi colocada por uma camponesa que durante a Luta Armada foi a única mama chairman, Senhora Habiba Muaninu, "porque é que os que participaram na Luta Armada, na construção das cooperativas, no transporte de material, em acções muito difíceis, agora não estão mobilizados? Porque é que andam desconfiados e sempre a espera de qualquer coisa?"

Responder a esta questão exige um nível de reflexão de estudo e uma análise mais profunda que o presente documento não tem nenhuma pretensão de ter atingido. Mas esta reflexão, para a qual a nossa investigação tenta fazer um pequeno contributo, é urgente para que se possa resolver os problemas existentes e eliminar os nós de estrangulamento no processo de socialização desta região.

A participação das estruturas do distrito e das aldeias é fundamental no enriquecimento desta análise, tendo sido dado um passo importante nesta direcção com a preparação do IV Congresso e com a criação das novas estruturas (separação do cargo de Administrador com o de Primeiro Secretário do Partido). Sem esta separação, ambas as estruturas serão sobrecarregadas.

No entanto, muito ainda fica por fazer para que se possa modificar o estilo de trabalho que prevalece actualmente nas estruturas distritais do Partido e do Estado e que não permitem que haja uma interacção salutar entre as estruturas e os aldeões.

Em vez disso o que prevalece é um espírito de concorrência e de formalismo que resulta muitas vezes em batalhas mesquinhas entre estruturas para mostrar "quem manda". Assim as questões de fundo não são estudadas porque não são resolvidas questões de preponderancia protocolar. Assim, por exemplo, o administrador antecessor travava uma luta contra um dirigente da CICAD (Construção Integral de Cabo Delgado) porque não o deixava dispor dos veículos da CICAD como se fossem do Distrito. E o caso também do administrador antecessor que pensava que o FO-9 estava a tratar de assuntos que só diziam respeito ao administrador.

III. A ALDEIA NAMAUA

Breve descrição de Namaua

Namaua é uma aldeia da localidade sede. Encontra-se na estrada Mueda-Mocímboa, a 25 km de Mueda e 80 km de Mocímboa da Praia. Nangade no Norte, está a 70 km.

A população, segundo o recenseamento de 1980, é de 2.792 pessoas. A população de Namaua hoje está muito mais perto dos 4.000. Namaua está situada na área mais densamente povoada do planalto. Um dos dados mais significativos de lembrar é que o local onde está construída a aldeia, era antigamente o sítio da antiga povoação comercial de Namaua e da machamba ou plantação de cajueiros de um colono chamado António Vieira. Este sítio foi escolhido para construir a aldeia comunal em 1975. A escolha e o processo de construção não foi objectivo de estudo apesar de ser importantíssimo, porque certos aldeões dão a entender que foi em parte um processo coercivo. Este estudo é também importante para tentar ver se não estará ligado ao processo de fuga da aldeia Namaua para a aldeia Nanenda que se verificou entre 1976 e 1978.

A aldeia foi planificada em 4 bairros, sendo o maior Ngomba, de aproximadamente 240 casas, dividido em 12 quarteirões; o bairro Nembe de aproximadamente 150 casas, dividido em 6 quarteirões; o bairro Nakuandele também de 150 casas mas dividido em 5 quarteirões. O quarto bairro, Wajewa, não existe tendo a maioria dos moradores ido embora em 1977 para Nanenda porque tinham terras para cultivar em Nanonga e NKumi e queriam aproximar-se, e outros foram enviados para a aldeia dos regressados Mpire, perto de Namuno. Aqueles que foram embora pertencem a diferentes likolas: Chilove, Wanachiveda, Vamulo, sendo esta última a mesma likola que está a sair de Nandimba (likola do régulo Mbavala).

Namaua durante o tempo colonial

Pensamos que não se pode compreender certos aspectos da vida de Namaua, hoje, se não se referir o que foi nesta zona durante o tempo colonial. Especificamente, estes aspectos dizem respeito a:

1. ocupação das terras;
2. proximidade da missão Imuhu e da prática desenvolvida lá em relação ao trabalho forçado;
3. impacto do trabalho forçado nas plantações de sisal da costa (Mpanga) e na construção das estradas; e
4. proximidade da SAGAL e da zona das culturas obrigatórias do algodão, assim como da zona de actuação de Nkavandame.

1. Ocupação das terras

Nos anos 50, a área em que está situada Namaua, atraía o interesse dos capitalistas da região. A um pedido de licença para demarcar uma área de 450 ha para a Missão de Santa Teresinha de Imbuhu (regulado vizinho de Namaua), o Administrador da Circunscrição dos Macondes respondia em 1952: "neste área há já tanto terreno demarcado que me parecem ser altamente prejudicados os direitos dos indígenas, tanto mais que não há, pode dizer-se, terrenos vagos." Outros terrenos demarcados, são além de plantação de cajueiros de Vieira, os 2.280 ha da SAGAL (Sociedade Agrícola Algodoeira), a concessão já existente da Missão de Imbuhu. Há também pedidos de 4.500 ha para fazer machamba de café e de 2.200 ha para sisal. Do ponto de vista dos concessionários esta área tinha uma grande densidade populacional e apresentava assim a grande vantagem de ter uma grande disponibilidade de mão de obra. Os camponeses foram muito afectados pela falta de terra provocada por esta apropriação anárquica e que até o próprio administrador queria impedir ou pelo menos diminuir.

A terra disponível em Namaua, tornava-se cada vez mais escassa: algumas famílias, e sobretudo a likola Namaçongo, do régulo Lidimo, acabaram por controlar as melhores terras, nos vários sítios (terras à beira dos riachos, onde se podia cultivar arroz, hortícolas, bananas, etc.). Outros eram proprietários de um grande número de cajueiros. O régulo e os cabos de terra (Peucá, Chilengo, Nangonga, Licamangua, Nandore, Mecumi, Namaua, Chiriguinde) recebiam prémios pela cobrança de imposto e por cada trabalhador recrutado (2\$60 por cabeça), (Lidimo, por exemplo, controlava 892 contribuintes). Esta situação, levou ao aparecimento de uma diferenciação social bem marcada. O acesso às melhores terras era controlado pelo régulo e alguns dos seus protegidos.

A Agência da Curadoria da Circunscrição dos Macondes, nos relatórios anuais da mão de obra escrevia o seguinte, naquelas alturas: "A região é muito populosa e a plantação (de cajueiros de Vieira e Baptista) não carece de mão de obra... Os indígenas vão oferecer os seus serviços voluntariamente, pelo que a plantação só tem pessoal contratado eventualmente. Raros são os que conseguem trabalhar na plantação um mês seguido... Habitam perto da plantação, nunca a mais de 5 km e quando os contratados pernoitam em suas casas." A plantação de cajueiros empregava, só com regime eventual, 10 a 40-50 pessoas, o máximo, só na altura da sacha e da apanha da castanha.

2. Estado colonial, Missão Imbuhu e trabalho forçado

Além de ocupar terras, a missão de Imbuhu teve um impacto grande no desenvolvimento dum tipo específico de trabalho forçado: praticava-se um sistema de trabalho forçado dos candidatos ao baptismo em que os candidatos trabalhavam por três meses nas machambas da missão sem receber nada ou só um vencimento

simbólico pois que, "o vencimento era o baptismo". Este sistema parece ter funcionado até bastante tarde no período colonial. Não conseguimos datar, só sabemos que os missionários tiveram que deixar esta prática por causa do afastamento da população (nos fins dos anos 50?).

Mas seria errado concluir que a Igreja Católica teve só um papel negativo, e que foi meramente uma correia de transmissão das piores práticas repressivas do estado colonial. Nas vésperas da Luta Armada, alguns missionários mostraram uma simpatia activa com os elementos da missão (por exemplo, os professores) que se preocupavam com a independência. Houve missionários que encorajaram os membros politicamente mais conscientes da missão a tomar contacto com o Presidente Eduardo Mondlane.

3. Trabalho forçado em Mpanga e construção das estradas

Das nossas entrevistas sobressai que a população da área tem uma memória muito precisa sobre a exploração que se praticava nas plantações e nas concessões locais. O trabalho era uma espécie de ganho-ganho, podia-se fazer sem deixar as próprias machambas, mas era muito mal pago, nem libertava do recrutamento forçado para Mpanga. Alfas, os donos de Mpanga eram também os donos da plantação de cajueiros. O recrutamento para o trabalho forçado afectou muito profundamente estas populações. Para fugir ao trabalho forçado a solução era fugir para a Tanzânia.

O salário nas plantações de cajueiros era de 50 escudos mensais até 1960, com alimentação. Por dia, o salário inteiro era de 4 \$ 50. Só eram pagos os dias de trabalho. Na mesma altura o salário mínimo agrícola em Cabo Delgado, era de 66\$00 com alimentação, aumentado em 1960 para 80\$00 e em 1961 para 90\$00. Na altura do primeiro aumento, a direcção de Mpanga considerou que não estava em condições para aumentar os salários.

Isto tudo significa que os camponeses desta área conheceram de perto os métodos mais duros da exploração colonial. A propósito disto vale a pena citar o que escrevia o Administrador da Circunscrição:

"Não se pode afirmar que o Maconde venha voluntariamente oferecer-se para ir trabalhar em Mpanga. O recrutamento consegue-se por intermédio da acção persuasiva do recrutador e das autoridades gentílicas." Confirmado pelos entrevistados que diziam: "o recrutador vinha com chicote, amarrava-nos; o régulo recebia, mas não distribuía, os filhos também tinham que ir para o trabalho forçado." Perante a situação que se encontrava um outro disse: "Eu resolvi fugir para Tanganyika, o meu irmão já estava lá." Mas o mesmo administrador escrevia também que "o trabalho eventual é o tipo de trabalho que mais agrada o Maconde, indígena de índole belicosa, amante de caça e avesso ao trabalho normal rotineiro... paradoxalmente, é o Maconde quem se habituou ao trabalho agrícola tão duro como o corte de sisal de que os Macuas e as restantes raças que se mostram particularmente avessos."

Quer dizer para o administrador colonial é sempre só uma questão de raça, mas mesmo assim não consegue resolver o problema. Muito mais simplesmente é preciso analisar quais as possibilidades deixadas aos habitantes do Planalto submetidos às formas mais brutais de recrutamento, e aos trabalhos que outros grupos, engajados em outras culturas obrigatórias, ou outros serviços, sempre decididos pelo governo colonial, conseguiam evitar. Se as plantações locais e as missões não tivessem problemas em encontrar força de trabalho, porque estas actividades eram consideradas complementares às actividades agrícolas das famílias, o recrutamento para Mpanga entrava constantemente em choque. Provocava graves problemas sociais. Por causa disso, os régulos e o governo colonial eram cada vez menos respeitados. O surgimento de feitiçaria, fabricantes de leões, catanadas, estão, neste período ligados às actividades e actuação das "autoridades gentílicas" em apoio ao recrutamento forçado, porque estes fenómenos são sintomas de tensão social.

A situação era tão má que o próprio Administrador achou necessário alertar o governo do distrito, escrevendo entre outras palavras o seguinte: "Impõe-se imediatamente nesta área da fronteira a elevação dos salários mínimos em especial agrícolas do corte do sisal, para o dobro. É um trabalho ingrato, que não se compreende que seja remunerado a 66 \$ 00 mensais. É particularmente flagrante o contraste com os salários que para o mesmo trabalho são pagos no Tanganyika, o qual deve andar cerca do dobro e por vezes mais", e de salientar: "o coeficiente de fugas, que no ano passado (1959) foi de 1,6, aumentou para 10,06".

Os que fugiam para o Tanganyika, trabalhavam na sua grande maioria no corte de sisal, nas plantações de Morogoro e Tanga. Outros foram para as machambas "dos árabes", de Zanzibar. Isto tudo significou que houve um profundo processo de proletarianização da população da área. Este processo de proletarianização não é um fenómeno, como se poderia pensar, dos anos 50, mas vem de muito longe. Proletarianização não significa só o facto de um homem ou uma mulher trabalhar numa fábrica. A proletarianização no planalto começa a ser constatado com a fuga nos anos 20 e 30 de Moçambicanos para Tanganyika.

As razões desta fuga eram essencialmente 3:

1. Fugir ao sistema mais duro de trabalho forçado dos colonialistas Portugueses em colusão com os régulos;
2. As condições de sobrevivência no campo onde o camponês era alvo dos colonialistas aliados a certos chefes tradicionais deixavam ao camponês uma única propriedade: a sua capacidade de trabalhar e a "liberdade" de decidir onde vender a sua força de trabalho. Para muitos a escolha era o outro lado do Rovuma;
3. A monetarização cada vez mais forte do lobolo impunha uma necessidade cada vez mais imperiosa de procurar fora de Moçambique o dinheiro necessário para se casar. Aqueles que regressaram antes da guerra, encontraram uma situação mudada em relação aos anos 50, mas não o suficiente

para responder satisfatoriamente às suas aspirações. Como trabalhadores do sisal conheciam bem a exploração e souberam distinguir entre o sistema inglês e o Português. Sobretudo eles viram no Tanganyika, as mudanças que trouxeram a luta política sob a liderança de J. Nyerere. Quase todos tinham ouvido dirigentes sindicais a falar sobre a independência. Portanto, eles regressaram, não só com conhecimentos políticos e técnicos, mas com a consciência de serem trabalhadores e cultivadores autónomos. Ora, ao regressar o que o Estado colonial oferece é uma agricultura estreitamente controlada e subordinada ainda às exigências do recrutamento de força de trabalho em moldes repressivos. Ao regressar também encontram dificuldades ainda maiores para ter acesso a boas terras.

4. O algodão, SAGAL, Nkavandame e o movimento das cooperativas Ligualanilu

Perto de Namaua, encontra-se a antiga sede da Sociedade Agrícola Algodoeira (SAGAL), que desde 1956 tinha lá uma fábrica de descaroçamento de algodão. Trabalhavam cerca de 40 pessoas, todos em regime eventual, oriundas da área. Poucos eram os cultivadores de algodão. Só a partir de 1955-56, é que entram no cultivo do algodão pessoas e famílias de Namaua, que têm terras à beira do Rio Muera.

O algodão parece ser menos importante e os agricultores que iniciam o cultivo nos anos 50, em resposta às novas exigências da SAGAL, parecem ter uma atitude favorável. Isto deve-se ao facto dos aspectos mais duros da cultura do algodão já estarem em parte melhorados com o objectivo de estender a cultura a uma área em que tinha penetrado muito pouco, e ao aparecimento dos Ligualanilu, quer dizer da organização de machambas voluntárias cujo controlo estava nas mãos de "indígenas" associados. No que respeita às cooperativas de Nkavandame, são hoje lembradas em muitos casos por camponeses pobres como tendo sido um negócio de Nkavandame. Muitos deles lembram-se que ele se entendia com os portugueses. Evidentemente, uma parte destes testemunhos está influenciada (ou melhor, pode ter sido influenciada) pela trajectória posterior do Nkavandame: quer dizer que depois dele ter traído, aquilo que fez antes disso, é sempre visto através do acontecimento da traição.

É preciso analisar mais profundamente o movimento das cooperativas do Nkavandame. Além duma resposta nacionalista à opressão colonial, era também uma resposta de classe. Isto vê-se muito bem quando se analisa os dados em relação às fontes. Geralmente, os camponeses mais pobres têm pouca informação sobre o funcionamento daquelas cooperativas. Uma das coisas que eles destacam é o facto de só o Nkavandame ter "recebido" uma mota como resultado do aumento da produção de algodão.

Namaua e a Luta Armada

A Luta Armada é o grande ponto de referência dos aldeões. As vezes este ponto de referência pode parecer idealizado, sobretudo quando se quer pôr em destaque as deficiências e lacunas de hoje em comparação com o que aconteceu durante a Luta Armada. A memória desta luta opera (às vezes) selectivamente: há uma tendência --natural-- por parte dos camponeses de se lembrarem muito mais dos aspectos positivos do que dos aspectos negativos. O sentimento dominante, é que durante a luta não faltavam os produtos de primeira necessidade, e quando faltavam a organização era suficientemente eficaz para logo se encontrar uma solução. Isto é possível em grande parte por causa da ligação estreita que existia entre as estruturas e o povo.

No que respeita às actividades produtivas, podemos destacar as seguintes:

- criação de uma cooperativa de produção de olaria (por mulheres);
- criação de uma cooperativa de esculturas (1966?) com 19 membros.

É importante lembrar que estas cooperativas não funcionavam só para satisfazer as palavras de ordem da FRELIMO. O sucesso da FRELIMO veio do facto de ter mobilizado a população de forma a ajudá-la a solucionar os seus problemas diários. O sistema de abastecimento foi montado de forma a criar uma nova economia baseada numa troca de bens produzidos pelos camponeses (amendoim, milho, gergelim, mandioca, cajó, etc), contra bens de primeira necessidade que o camponês não podia produzir: roupa, enxadas, catanas, limas, sal, açúcar e sabão. Para os camponeses, o incentivo para produzir vinha da certeza de que a sua produção: 1) seria escoada (aliás por eles próprios); 2) trocada contra uma determinada quantia de bens de primeira necessidade, a um preço justo. Hoje o camponês está convencido de que os termos de troca são altamente desiguais; 3) era enquadrada dentro dum estratégia que compreendia muito bem, pois podia ver, por ele próprio, que a FRELIMO tomava prioritariamente em conta os seus interesses.

Do ponto de vista do antigo combatente residente em Namaua, a situação de hoje compara-se negativamente com o tempo da Luta Armada, e é difícil não concordar sobretudo quando a mesma pessoa explica em pormenores como ele trabalhava durante a Luta Armada e o que ele aprendeu da FRELIMO durante onze meses em Nachingwea. Acrescentava que ouviu muitas promessas mas que poucas, muito poucas, delas foram realizadas, e por um lado, evidentemente, a grande obra do abastecimento de água.

Do ponto de vista do antigo combatente residente em Namaua, a situação de hoje compara-se negativamente com o tempo da Luta Armada, e é difícil não concordar sobretudo quando a mesma pessoa explica em pormenores como ele trabalhava durante a Luta Armada e o que ele aprendeu da FRELIMO durante onze meses em Nachingwea. Acrescentava que ouviu muitas promessas mas que poucas, muito poucas, delas foram realizadas, e por um lado, evidentemente, a grande obra do abastecimento de água.

Economia política de Namaua desde 1974

Introdução

Entrevistas com responsáveis dos diferentes sectores do Partido e do Estado, revelam que a situação no distrito de Mueda continua a ser difícil.

As 64 aldeias do planalto começaram a ser formadas em 1976 com a intenção de transformar cada localidade numa aldeia comunal. Surgiram dificuldades porque as populações que estavam refugiadas nos baixos das zonas libertadas não tinham vindo dos mesmos lugares. Depois do fim da guerra cada pessoa queria regressar para o sítio em que tinha habitado antes de fugir para o mato em 1964. O motivo principal era voltar para as terras que "possuíam tradicionalmente".

Em princípio, nas novas aldeias comunais devia funcionar o processo de acesso igualitário às terras. Isto não aconteceu, e as cooperativas que se formaram durante a Luta Armada encontraram grandes dificuldades em sobreviver.

Primeiro foi o problema de adaptação a uma nova situação, quer dizer: manter em funcionamento uma cooperativa cujos membros estavam espalhados, vivendo em diferentes aldeias. Segundo, em cada aldeia encontravam-se cooperativas diversas, e é possível ver, como no caso de Namaua, como algumas delas entraram em contradição sobre as questões de acesso à terra, acesso aos meios de produção e acesso aos meios de consumo. Parece que o processo de formação das aldeias comunais, não foi acompanhado devidamente por uma análise aprofundada do processo de luta de classes. O facto de não ter havido uma tal análise devia, em si, constituir um motivo de reflexão. Além disso, seria simplificar demais atribuir a falta de progresso em certos sectores só a problemas e contradições surgidos após a Independência. Por isso há necessidade de avaliar mais rigorosamente as transformações alcançadas durante a Luta Armada.

Relações de classe: aspectos de diferenciação

Há camponeses que regressaram do Tanganyika onde viviam antes do início da Luta Armada. Eles trabalhavam lá e, contrariamente aos que viviam nos campos de refugiados -- os verdadeiros regressados -- contribuíram de várias formas para a luta: uns directamente, mas a maioria indirectamente com contribuições em dinheiro ou em produtos. Estes últimos, às vezes, demonstraram uma consciência política muito desenvolvida. Mas entre eles, encontravam-se também uns que foram muito mais marcados pelas ideias do nacionalismo do que pela necessidade de avançar além duma luta meramente nacionalista. Portanto, para eles a adesão à FRELIMO foi uma adesão a um partido nacionalista. Para eles "regressar" significava regressar às terras dos seus pais. Com o fim da guerra, cada um regressava ao seu lugar onde tinha a sua terra para cultivar. Por isso, o esforço de criar cooperativas durante a guerra foi compreendido como "uma necessidade de guerra" e não como uma opção estratégica que era preciso reforçar e consolidar ao longo dos anos. Depois da luta as mulheres tinham que "retomar" os seus lugares.

Não que respeita ao acesso à terra: a Lei das Terras diz que as terras são propriedade colectiva mas na realidade o acesso a estas é limitado da seguinte maneira:

-as terras perto da aldeia têm donos e aqueles que não pertencem à família ou likola do dono têm dificuldades em obter terras para cultivar;

-além disso, as melhores terras (beira do Rio Muera) também têm donos. Os outros podem cultivar só com permissão dos mesmos.

Há famílias que regressaram com alguns meios de trabalho indispensáveis que agora faltam. Alguns remedeiam a sua situação através de ligações de parentesco com alguém que vive nas cidades. É o caso das limas. A falta total de limas no planalto, faz com que os poucos ferreiros que as tenham peçam um preço bastante alto para afiar catanas (p.ex. 50 MT para uma nova catana e 25 MT para uma já usada) e outros instrumentos de trabalho. Com isso efectuam uma acumulação a custa dos mais pobres.

Os curandeiros. Devido à dificuldade de acesso aos médicos e também a enfermeiros, quando uma pessoa está doente, recorre ao curandeiro. Estes pedem e obtêm somas muito elevadas em dinheiro para curar os doentes. Nas aldeias os curandeiros tendem a ter mais de uma mulher; machambas não cultivadas por eles próprios, criação de pequenas espécies, boas casas, etc.

Namaua e a socialização do campo

A população compreende pouco o que significa a socialização do campo e a relação que existe entre este objectivo estratégico e a construção das cooperativas. Mais grave ainda é que esta falta de compreensão se encontra também ao nível de certas estruturas do distrito.

A população sente que é necessário socializar, é necessário ter cooperativas, mas fica confusa quanto à maneira de implementar. Por causa disso começa a penetrar uma desconfiança perante as estruturas estatais e partidárias que se manifesta nas formas seguintes:

- não participação nas reuniões;
- queixas de que as reuniões não "resolvem nada"; e
- queixas de que nas reuniões se fala e se prometem muitas coisas, mas não se cumprem.

Histórias das cooperativas em Namaua

Primeira fase: 1974-1977

Durante este período a preocupação do governo era impedir o surgimento de cooperativas que, de cooperativas só tinham o nome. A palavra cooperativa era utilizada como uma capa para fazer negócio e acumular dinheiro. Geralmente, uma pessoa com dinheiro organizava uma loja, um restaurante, ou um salão de chá. E nestes casos, a maioria dos cooperativistas eram nada mais do que empregados.

Segunda fase: 1977-1980

Nesta fase só ficaram as seguintes:

- "Hotel" (de facto um restaurante) na SAGAL;
- Padaria;
- Cooperativa de consumo da "OMM" (antiga cooperativa de olaria iniciada no tempo da Luta Armada); e
- Cooperativa de consumo da aldeia (antiga cooperativa de escultores do tempo da Luta Armada).

Terceira fase: 1980-1982

Começou com as novas orientações do governo, segundo as quais cada aldeia só podia ter uma cooperativa de consumo com base numa cooperativa de produção. Estas orientações levaram à criação das cooperativas polivalentes cujo desenvolvimento deve muito ao trabalho do projecto FO-9.

A ideia central de cooperativa polivalente foi e continua a ser a necessidade de diversificar as actividades económicas do planalto. O objectivo era também criar estruturas organizadas -- cooperativas -- que ajudassem os aldeões a desenvolver relações de produção em moldes colectivos. Uma cooperativa polivalente significa que existe uma estrutura comum em que as pessoas entram e cujos membros são envolvidos em diversas actividades produtivas. Com a criação das cooperativas polivalentes pretendia-se também combater uma tendência anterior (logo a partir de 1975) de proliferação de cooperativas de consumo ou de serviços que serviam de cobertura para negócios privados. E por isso que se insistiu sobre a necessidade de só ter uma única cooperativa de consumo.

Boas nos seus princípios, essas medidas, nas suas aplicações, provocaram grandes conflitos e contradições na Aldeia sobre a questão de saber qual das cooperativas de consumo tinha o direito de continuar a funcionar. Em Namaua, a das mulheres ("OMM") perdeu. Este acontecimento teve um efeito muito desmobilizador no seio das mulheres. Existem hoje 14 cooperativas que são:

1. Coelhos (8 membros)
2. Porcos (13)
3. Ferreiros (15)
4. Escultores (5)
5. Serração (ainda não em funcionamento)
6. Olaria (22)
7. Cal (5)
8. Carpintaria (7)
9. Apicultura (8)
10. Alfaiataria (12, ainda não em funcionamento)
11. Sapataria (3)
12. Tijolos (35)
13. Agrícola (16, em princípio tem que haver uma em cada um dos três bairros de Namaua)
14. Conjunto Namaua Jazz (25, às vezes conhecido por "Unidade Africana")

Contudo, entre os objectivos no papel esperados das cooperativas e a realidade existe um mundo que tentámos compreender mas cuja análise ainda está por fazer porque exige um estudo das relações de poder (económico e político) ao nível da Aldeia. Só entendendo essas relações se poderá compreender também as relações que existem dentro das cooperativas e entre as cooperativas.

O facto de só ter uma cooperativa de consumo, tornou-a alvo de todos os membros da aldeia porque quem consegue controlar a cooperativa de consumo concentra nas suas mãos um grande poder. Por outro lado existe também uma certa tendência de certas pessoas ou grupos de pessoas de querer controlar mais de que uma cooperativa. Assim a autonomia das 14 cooperativas é bastante relativa e variável.

As cooperativas de: coelhos
porcos
ferreiros
escultores
serração

são virtualmente controladas pelo executivo da cooperativa de consumo. Todos os membros destas cinco cooperativas são também membros da cooperativa de consumo. Este controlo representa, de uma certa forma, um poder económico que o executivo da cooperativa de consumo conseguiu concentrar nas suas mãos. As 5 cooperativas dependem da cooperativa de consumo.

A cooperativa de consumo conseguiu criar o seu fundo por meio das quotizações individuais. Quando se criou formalmente esta cooperativa em 26 de Outubro de 1980 a quotização era de 500,00 MT; em 20 de Junho de 1981 aumentou para 750,00 MT; e em 30 de Dezembro de 1981 subiu para 1.000,00 MT. Até Outubro de 1981 o número dos sócios era de 75, em Julho de 1982 era de 111. Segundo os dados recolhidos (é preciso verificar) o dinheiro depositado no banco é 25.000,00 MT. Não chegamos a apurar a razão da desproporção dramática entre o dinheiro depositado no banco e o que está nas mãos da cooperativa. Pode-se supor que a razão de ser desta situação é devida a: 1) Pemba (a capital provincial) sendo longe, os cooperativistas querem ter ao alcance o dinheiro que pudessem vir a precisar; 2) numa situação de abastecimento irregular é mais seguro ter mais dinheiro na mão; 3) não é impossível que a cooperativa assuma a nível da aldeia uma das funções de qualquer banco: ter dinheiro líquido para os seus membros. Neste último caso, o dinheiro estaria a circular. 4) Não existindo um sistema eficaz de fiscalização, a acumulação deste dinheiro nas mãos dum grupo de pessoas ou de uma cooperativa pode constituir um factor que estimula o crescimento do mercado paralelo.

Funcionamento das cooperativas

-Cooperativa de consumo

Como o abastecimento dos bens de primeira necessidade só se faz através da cooperativa de consumo todos os aldeões tem interesse

em ingressar. Mas, mesmo assim, ser membro da cooperativa não assegura o acesso aos produtos. Por exemplo, circulam queixas de que o açúcar que os dirigentes da cooperativa pretendiam reservar para o salão de chá tinha sido utilizado por alguns dirigentes da aldeia. Obviamente, estas irregularidades tem que ser analisadas dentro do contexto global em que a lista dos produtos que chegam a aldeia é muito mais curta do que os produtos que faltam.

-Outras cooperativas

Na cooperativa polivalente da aldeia Namaua começa a aparecer algo que, talvez seja exagerado chamar de tendência. Os cooperativistas sempre dizem que as suas cooperativas estão longe de satisfazer as suas esperanças. Por isso, sentem a necessidade de desenvolver uma outra actividade que, geralmente, é a abertura de uma machamba colectiva dos cooperativistas, por exemplo, a Cooperativa dos tijolos que agora já tem um bananal bastante grande; o Conjunto de música Unidade Africana (com instrumentos fabricados localmente --a ser encorajados e apoiados) também tem uma machamba colectiva. A cooperativa de olaria está à procura de um sítio para a sua machamba (se for possível um bananal). Além das 5 cooperativas já mencionadas e que são controladas pela cooperativa de consumo, a cooperativa de consumo tem também uma machamba colectiva. A cooperativa agrícola não é a cooperativa agrícola de toda a aldeia mas sim, (aparentemente) o resultado da iniciativa do responsável dos Assuntos Económicos da aldeia e membro do Conselho Executivo --Rachidi Katame-- que mobilizou os moradores do seu bairro. De reparar que Rachidi Katame, foi formado em Nachingwea (na organização das machambas) durante a Luta Armada (11 meses), e recebeu depois desta formação a tarefa de organizar várias machambas colectivas nas Zonas Libertadas.

-História das machambas colectivas

Assim como as cooperativas, as machambas colectivas têm raízes na Luta Armada, e esta história tem ainda que ser melhor estudada. Enquanto as machambas cooperativas geralmente resultavam de uma iniciativa do povo, as machambas colectivas eram um resultado dum esforço da Frente e das Forças Populares para contribuir para o abastecimento das Forças Populares e da população. As machambas colectivas de hoje são uma continuação das machambas colectivas da Luta Armada; mas, enquanto nestas últimas se trabalhava (aparentemente com os dados até agora conseguidos) com grande entusiasmo, nas de hoje é exactamente o contrário.

Geralmente, quando se fala em machambas colectivas na aldeia pensa-se só numa. Em Namaua há toda uma história das machambas colectivas a fazer e que de certo modo confirma o que já foi mencionado atrás em relação às actividades das cooperativas. Até hoje Namaua teve pelo menos cinco machambas colectivas, das quais pelo menos quatro estão a produzir:

1. que se abriu logo depois do Governo de Transição, mas que depois foi abandonada por causa dos estragos causados pelos macacos.

2. conhecida às vezes como a machamba das mulheres porque são sobretudo as mulheres que aí trabalham. (cultivam banana, mandioca e mapira).
3. perto da estrada principal --4 ha-- "milho que deu muito bem este ano" (1982). De reparar que esta machamba não nos foi apresentada em Abril e é possível que seja uma machamba "clandestina" no sentido em que a sua existência é conhecida pelos aldeões, mas a sua produção não é vendida através dos canais legais da Agricom, mas através dos canais da candonga.
4. conhecida e apresentada em Abril como "a machamba colectiva da aldeia" e que fica "entre a cooperativa dos tijolos e a cooperativa das abelhas". Produção quase inexistente, e até é considerada por certos aldeões como não sendo a machamba colectiva da aldeia.
5. algodão, desde 1981. É descrita como tendo dado uma boa produção.

De forma geral a população reage negativamente à machamba colectiva. Mas esta reacção negativa não deve ser vista como uma oposição de princípio ao trabalho colectivo. É sim uma reacção negativa à utilização feita dos produtos da machamba colectiva e à falta total de informação sobre o uso do dinheiro recolhido. Sabe-se que uma parte do dinheiro é utilizado para pagar as despesas das visitas oficiais, o papel, a bandeira, lapis, caneta, galinhas; em suma, as despesas para fazer funcionar a aldeia; mas a população que produziu só é mobilizada para produzir, mas nunca para discutir o destino das riquezas conseguidas com o trabalho feito.

Portanto não é de admirar a amargura e o desânimo que se encontra nas pessoas quando se aborda o assunto, ou da machamba colectiva, ou do Conselho Executivo. A prova que a população sabe que a produção colectiva é uma forma superior de produção vem da tendência mencionada mais atrás, dos membros das cooperativas, de abrir as suas machambas colectivamente. As machambas colectivas das cooperativas produzem muito mais que as machambas colectivas da aldeia. Isto tem que ser confirmado com dados específicos.

Namaua e as Estruturas Políticas

A actividade de mobilização política não está integrada na actividade económica. Por isso o Partido é visto como uma estrutura quase parasitária donde vêm homens que só sabem falar muito bem, mas que não são capazes de ligar com os problemas do povo, e participar na identificação dos problemas e na sua resolução. Os problemas mais mencionados são: abastecimento, transporte, escolas, questão dos preços e medo de falar nas reuniões, falta de emprego, relacionamento das estruturas estatais e partidárias com a população.

1. Abastecimento
Faltam enxadas, limas, petroleo, roupa, óleo, sabão, agulhas, fios, pilhas, pneus, camaras de ar.

2. Transporte

Já há canções sobre isso (por mulheres) que dizem, entre outras coisas, que os Macuas já estão independentes, já têm transporte. Transportar produtos da Agricom de Mueda para a aldeia custa uma fortuna. Aluga-se por distância, não pela quantidade transportada.

3. Escolas

Esta a ser construída uma nova escola, mas neste momento as aulas dão-se numa construção em ruínas.

4. Questão dos preços

Julgam os camponeses que não recebem o preço justo. Sempre comparam os preços de hoje com os preços do tempo da Luta Armada (a venda fazia-se através de troca de produtos). As explicações que se dão não servem, não convencem, porque acabam essencialmente por dizer que não se pode modificar a situação. Os funcionários que vêm da província têm como tarefa mobilizar o camponês, e mobilizar significa tentar convencer o camponês a aceitar os preços estabelecidos pelo governo. Este problema está relacionado com a falta de géneros de primeira necessidade. E preciso um estudo cuidadoso para ver se os produtos que são importados -- exemplo do milho -- a preços subsidiados (em divisas) não podem ser produzidos localmente através de um incentivo tal como um aumento do preço que se paga ao produtor.

5. Medo de falar nas reuniões

Os camponeses que mencionam este problema afirmam que isto se deve à "falta de democracia".

6. Falta de emprego

Podia ser aliviado através de um apoio mais sério às cooperativas.

7. Relacionamento das estruturas estatais e partidárias com a população

Este relacionamento é sentido como cheio de desprezo, de arrogância. Os antigos combatentes comparam este relacionamento com aquilo que predominava no tempo da Luta Armada. "O chefe não tinha manias de que era chefe."

O projecto FO 9 e Namaua

O desejo das cooperativas de abrir machambas pode ser interpretado como uma certa dúvida quanto ao futuro das cooperativas polivalentes, e portanto uma crítica implícita aos métodos de trabalho do Projecto FO 9. Apesar de não se ter feito uma investigação sobre o Projecto é importante chamar a atenção aos seguintes pontos:

1. É verdade que o FO-9 é visto mais favoravelmente porque "o que falta vem deles". Fica assim reforçada a visão dicotómica do político e do económico.
2. Em Namaua observamos nalguns agentes de desenvolvimento um comportamento desrespeitoso e arrogante em relação a população. Este comportamento só pode ter como resultado afastar ainda mais o Partido da população.
3. Ao nível da direcção existem problemas de dois tipos que tem reflexos directos e indirectos sobre a situação em Namaua. Por um lado, a direcção encontra dificuldades sobretudo no que

respeita à coordenação a nível nacional. Especificamente, há falta de apoio em pessoal moçambicano que poderá no futuro tomar o lugar dos técnicos/cooperantes suíços. Também não parece existir ao nível nacional uma realização da importância do papel desempenhado pelo Projecto. Por outro lado, esta situação combinada com o crescimento rápido do FO-9 forçou os responsáveis a recorrer muitas vezes a improvisos o que fez com que se introduzisse um certo grau de liberalismo no relacionamento entre os funcionários e os agentes. Mas a superação desses problemas só poderá ser conseguida com um melhor apoio da parte das estruturas nacionais.

4. A direcção está muito consciente da necessidade de acabar com a dicotomia entre o político e o económico. Por isso, fez um esforço para recrutar antigos combatentes como Jacinto Omar e Bibi Habiba para lembrar aos mais jovens como se trabalhava durante a Luta Armada.

Aldeia Namaua: Conclusão

É difícil depois de uma visita tão breve tirar uma conclusão suficientemente informada. Com os dados recolhidos podemos no entanto afirmar que apesar da situação a população continua ter confiança na FRELIMO. Mas tomando em conta a dinâmica do processo é permitido perguntar, como aliás o fez o Primeiro Secretário da Província de Cabo Delgado numa reunião com os responsáveis do Partido e do Estado, em julho 1981, "até quando?"

Embora chamada uma aldeia comunal, Namaua exhibe sinais de diferenciação social que, pelo menos, permite perguntar se se está a caminhar para uma verdadeira socialização das relações económicas ou se, como tem acontecido em outras experiências, sob a protecção de uma ideologia está a criar-se bases materiais para uma classe que utiliza o poder político para explorar o trabalho dos menos privilegiados.

Ao nível geral da aldeia as pessoas sentem-se discriminadas em comparação aos habitantes das cidades porque são as cidades que continuam a serem percebidas como os sítios onde se encontram as coisas que fazem tanta falta na aldeia; em particular não há quem respeite ao transporte há o sentimento que as cidades são mais privilegiadas. Dentro da aldeia a discriminação mais notável é aquela que afecta as mulheres, confirmando assim uma situação já reparada em 1981. Em Namaua o conflito mais sério aconteceu entre o grupo de mulheres da cooperativa de olaria e os homens que controlam a cooperativa de consumo. A OMM que poderia ter intervido não interveio porque funciona muito mais como uma organização auxiliar do Partido e que cumpre tarefas que tradicionalmente cabem às mulheres: arranjar comida, buscar água. A falta de transporte é uma queixa generalizada, mas afecta as mulheres de uma maneira mais dura quando estão grávidas e querem ir ao hospital para consultas ou para ter o parto.

Socialmente terá que se prestar mais atenção ao problema das bebedeiras que, em parte, está ligado à falta de estruturas de enquadramento de actividades desportivas e culturais, mas que sobretudo surge duma situação económica e política desmoralizadora. Bebidas alcóolicas feitas na base de açúcar ou cana substituem a falta total de cerveja e dão lucros tão elevados que a prática acaba por alimentar uma candonga do açúcar.

IV. A COOPERATIVA AGRÍCOLA MOÇAMBIQUE

Introdução

A Cooperativa Moçambique (CAM no texto) está situada na estrada alcatroada que liga Mueda a Mocimboa da Praia, a 32 kms da sede distrital. Tendo sido fundada em 25 de Maio de 1980, tinha 7 ramos de actividade em 1982:

- escultura
- carpintaria
- pesca
- serração
- loja
- hotel

É uma cooperativa que surge da iniciativa de dois camponeses, Naite Licomela e Eduardo Mpembo, que depois de pedirem autorização às estruturas do Partido ao nível do distrito conseguiram iniciar os trabalhos com 57 pessoas que abandonaram as suas aldeias de origem e abriram uma machamba nas proximidades da SAGAL.

Eduardo Mpembo, Presidente da Cooperativa nasceu na zona de Mueda tendo sido educado numa missão católica. Mais tarde, durante a Luta Armada, além de ser camponês na Zona de Muidumbe trabalhou numa loja da FRELIMO no segundo sector de Cabo Delgado. Em 1974 começou a trabalhar numa Loja do Povo em Chilindi tendo deixado o emprego para formar a cooperativa.

Naite Licomela era camponês durante a Luta Armada na zona de Ngapa tendo-se distinguido como "camponês número um" no apoio aos guerrilheiros, pelo que foi felicitado pelo Presidente Samora Machel. Em 1972 iniciou com um pequeno grupo uma cooperativa de produção agrícola, a cooperativa Inhambane, aconselhado pelo comandante de uma base que ficava perto do local onde vivia. Em 1974, a cooperativa Inhambane transformou-se em hotel para servir o grande tráfego de viajantes que regressava da Tanzania. Quando acabou o fluxo de refugiados fundaram uma cooperativa de consumo em Ngapa, chamada Inhambane. Em 1980, devido a uma lei que dizia que por localidade só podia existir uma cooperativa de consumo acabaram com a loja apesar de terem obtido grandes lucros sobretudo com a comercialização da castanha e outros produtos.

Mpembo e Licomela iniciaram uma série de contactos com vista a iniciar o seu projecto. Do Primeiro Secretário do Partido obtiveram autorização para trabalhar. Da administração obtiveram um fundo de 20.000,00 MT para as despesas iniciais da alimentação. De Cornélio João Mandanda, que tinha participado na Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique obtiveram algumas informações de como se organizarem.

Os primeiros 57 elementos foram mobilizados em 7 aldeias do planalto. Tratava-se de pessoas que, de uma forma ou de outra,

Licomela e Mpembo já conheciam mas era sobretudo gente que estava insatisfeita com a situação que existia na aldeia, onde o trabalho realizado nas machambas colectivas não trazia benefício algum. O dinheiro era utilizado para custear as galinhas que as visitas consumiam ou para pagar despesas da aldeia.

Segundo o Presidente da Cooperativa, Eduardo Mpembo, decidiram participar "na segunda guerra que se trava no nosso país - a guerra contra a fome, a nudez e o analfabetismo, a guerra contra o subdesenvolvimento." Entre as pessoas que se dispuseram a participar neste projecto havia consciência de que no decorrer da Luta Armada havia muitas machambas colectivas e que depois da Independência as cooperativas não tiveram sucesso. Desta forma decidiram recuperar a iniciativa da luta.

Depois de pedirem a autorização ao Comité Distrital do Partido para mobilizar, começaram os trabalhos com base na seguinte palavra de ordem: "Nós não temos dinheiro, só vamos ter o que sair das nossas enxadas e das nossas catanas." Houve muitas dificuldades neste processo porque segundo Mpembo "as pessoas não compreendiam que a cooperativa seria do povo. Pensavam que era machamba colectiva em que se trabalhava para comprar galinha ou pato para o senhor responsável."

Sempre que expõe os objectivos da CAM o seu Presidente Eduardo Mpembo refere-se à experiência da Luta Armada. "Combatemos sem receber e esta foi a ideologia que se espalhou nas pessoas. A pessoa é mais importante que o dinheiro."

Em Maio de 1980 com os 57 membros que se tinham juntado iniciaram-se os trabalhos de destronca da mata na zona da SAGAL, perto do Rio Nilombe, onde durante a Luta Armada os guerrilheiros atravessavam a estrada. Um pequeno grupo, sobretudo de carpintaria e serração mantinha-se em Chilindi. O trabalho de destronca não foi muito difícil. Houve alguns problemas em obter as terras porque se bem que estivessem incultas tinham sido cultivadas antes da guerra. Portanto, pertenciam aqueles que as tinham começado a trabalhar ainda quando eram floresta virgem.

Uma certa desconfiança começou a surgir entre os habitantes das aldeias vizinhas, Nanenda e Nanili. As pessoas perguntavam o que é que essa gente está a fazer sózinha no mato fora das aldeias? Outros ainda diziam: "o que é que esta gente está a fazer no mato vivendo como animais, sem casas e dormindo debaixo das árvores?"

Este era um problema que afectava a vida da cooperativa mas não impediu que dezenas de pessoas sobretudo dessas aldeias se juntassem à cooperativa fazendo com que alguns meses (cerca de 2 ou 3) depois do início da cooperativa o número de membros passasse em Maio, de 57 para 182 em Julho 1982, o máximo atingido até hoje.

Enquanto esperavam que a machamba crescesse e se pudesse comercializar os produtos era preciso arranjar fontes de rendimento. Um grupo começou a fazer cilhas para camas, outros

começaram a fazer cestos e a cortar lenha. Estas actividades permitiam aumentar o pequeno fundo de 20.000,00 MT conseguido com um empréstimo da administração de Mueda.

A direcção da CAM, já constituída na altura e composta pelo comité dos 7 (encarregado da direcção) e pelo comité dos 21 (incumbido da coordenação entre os diversos sectores, sempre deu grande importância as suas relações com o governo do distrito, tendo decidido estabelecer uma delegação em Mueda chefiada pelo Vice-Presidente Naité Licomela. Dos contactos feitos conseguiram alugar uma casa que pertencia ao responsável pelas lojas do Povo, Cornelio João Mandanda, por 750,00 MT por mês. Esta casa no início era utilizada para manter o Vice-Presidente perto do local de decisão, mas também para os sócios da cooperativa que estavam em Mueda por motivos de doença ou de serviços. Para reduzir as despesas que este empreendimento implicava e aumentar os rendimentos começou-se a fazer venda de lenha. Os rendimentos conseguidos parecem ser muito elevados porque nos registos aparecem somas maiores do que 100.000,00 MT por cada carregamento. A lenha era cortada pelos cooperativistas (a meta era de 100 paús por cada pessoa) e depois transportada uma ou duas vezes por mês num carro alugado. A venda era efectuada pelo pessoal de Mueda a 1,00 MT cada paú com cerca de 50 cm de comprimento e 3 cm de diâmetro. Mais tarde alguns escultores foram instalados em Mueda na mesma casa que passou a ser salão de venda de esculturas e, antes do fim de 1981 passou a ser "hotel" (quer dizer restaurante).

Os sectores produtivos

No fim do primeiro ano de actividades a CM já tinha a estrutura de produção que tem actualmente. As actividades eram as seguintes:

- agricultura
- pecuária
- escultura
- serração
- carpintaria
- pesca (iniciou-se em Maio de 1982 e terminou antes de julho 1983)

A Cooperativa Agrícola Moçambique apesar do nome, não tem como actividade principal a agricultura.

Escultura
Trabalham neste sector cerca de 7 pessoas de segunda a sexta-feira das 7 às 14 horas. É um sector que, apesar das dificuldades de comercialização e de falta de certos factores de produção (colinas e lixas) traz rendimentos importantes para a Cooperativa. Os meios de produção são privados. A conjugação deste factor com os métodos de trabalho prevaletentes e com a inexistência de um plano de produção leva a que alguns associados produzam para si "fora das horas" continuando a comercializar através da cooperativa. O dinheiro obtido com a venda das

esculturas privadas reverte na totalidade para o escultor. O mesmo não acontece com o material produzido durante as horas de serviço. Do montante obtido 50 % é entregue ao produtor e 50 % à cooperativa.

Este sector funciona muito mais como cooperativa de comercialização porque não há socialização nem dos meios nem dos processos de produção. Os escultores associam-se em cooperativas porque a entidade que faz a comercialização, ligada a Direcção Provincial de Educação e Cultura, dá prioridade às cooperativas.

Carpintaria

Este sector funciona desde Junho e é composto por cinco carpinteiros sendo dois mestres na profissão e os restantes jovens aprendizes. O chefe do sector, Cornelio Pambele, aprendeu carpintaria durante o tempo colonial. Manuel Ambone, o seu adjunto frequentou a Escola de Artes e Ofícios Patrice Lumumba em Dar-es-Salaam.

Os meios de produção utilizados são propriedade individual à excepção de um serrote e três plainas. Algum do material é alugado. Os carpinteiros possuem as suas ferramentas. São só dois que não tem nada, mas um deles no entanto, tem acesso ao material do seu tio que é responsável adjunto do sector.

Os principais nós de estrangulamento para as actividades deste sector são a falta de materiais tais como pregos, cola, dobradiças e de ferramentas (plainas, limas, serrotes). A madeira utilizada na carpintaria é comprada ao sector da serração sendo paga no acto do levantamento com fundos próprios do sector. No entanto, não conseguem obter as tábuas necessárias porque "a serração não produziu" ou porque "a carpintaria não tem dinheiro".

Apesar das limitações existentes este sector produz 5 cadeiras por semana, trabalhando de segunda a sexta-feira das 7 às 13 horas. Dos rendimentos obtidos com a venda das cadeiras a 250,00 MT cada uma, o carpinteiro recebe 100,00 MT e o resto vai para o fundo da cooperativa.

No entanto, cada um dos carpinteiros consegue produzir e vender certos objectos fora das horas de serviço cujo valor chega a ser cinco ou seis vezes maior do que obtém na cooperativa. Neste sector, não existe socialização dos meios de produção (porque a maior parte dos instrumentos são privados) nem do processo de produção, pois cada um produz a sua cadeira. A forma como os rendimentos são distribuídos alterna ainda este processo de produção/appropriação individual porque o indivíduo só recebe se produz uma cadeira (com os seus próprios meios de produção).

Serração

Trabalham neste sector 8 pessoas, algumas das quais já com experiência anterior. Utilizam-se três serrotes alugados a 600,00 MT por mês pela cooperativa. Dois são propriedade de um

velho de Chilindi e um pertence ao responsável adjunto da carpintaria.

É muito difícil calcular os rendimentos do sector, porque devido à falta de limas os serrotes não estão sempre em condições de funcionamento. Cada uma das tabuas é vendida por 150,00 MT, revertendo do total dois terços para a cooperativa e um terço para o grupo que depois distribui o dinheiro entre si, de acordo com o trabalho realizado. No entanto, a distribuição de rendimentos e o cálculo das jornas trabalhadas é muito difícil de estabelecer porque os registos não merecem credibilidade. Foi também possível constatar que alguns serradores vendem tábuas e barrotes individualmente.

Neste sector, os meios de produção são alugados pela cooperativa, portanto são propriedade social mas, a sua utilização passa a ser praticamente privada devido à organização interna do trabalho dentro da cooperativa. Os serradores trabalham em equipas de dois e recebem de acordo com o que produziram, passando a apropriação a ser privada.

Cooperativa de Consumo

A CAM possui um estabelecimento comercial cuja primeira finalidade era abastecer os cooperativistas com bens de primeira necessidade. Esta loja servia também a população da zona o que fazia com que muitos dos cooperativistas ficassem sem a possibilidade de comprar o que necessitavam porque não tinham dinheiro. Os passageiros da carreira Mocimboa - Mueda compravam tudo o que podiam.

As quotas de abastecimento que a cooperativa possui são insuficientes e não tem recebido desde a sua abertura, óleo e sabão. Uma grande parte dos produtos são desviados para o hotel, pois não tem quota de abastecimento. O sistema de venda utilizado faz com que se estabeleçam relações de troca desiguais entre a loja e os compradores (cooperativistas e a população da zona). Cada lata de açúcar, com menos de 200 gramas é vendida como um quilo a 20,00 MT.

Não existem registos nem a contabilidade está organizada pelo que é muito difícil compreender as razões que fazem com que o montante realizado (ainda por cima a preços especulativos) com a venda das mercadorias seja inferior ao montante pago no acto de compra. Por outro lado, o dinheiro existente na cooperativa é utilizado como fundo para efectuar empréstimos sobretudo a elementos da direcção ou a chefes de sectores. Este estabelecimento não é uma cooperativa de consumo mas uma loja muito mal gerida. Parece-nos de reter a hipótese de que deve servir para que alguns elementos possam acumular com base no desvio de fundos que deveriam ser sociais.

Hotel da cooperativa

O hotel da cooperativa começou em 1981 como posto de venda de lenha. Depois passou a ser local de escultura e, mais tarde, passou a ser hotel. Segundo a direcção da cooperativa o hotel foi criado para permitir uma fonte de rendimentos extra e para diminuir as despesas efectuadas com a deslocação de alguns dos seus membros a Mueda para tratar de assuntos de serviço ou em tratamento no hospital. Actualmente, é um dos poucos lugares onde se pode comer em Mueda e é frequentado por um grande número de pessoas que vem trabalhar ao distrito, ou por residentes sobretudo nos períodos em que há dificuldade de garantir abastecimento. As refeições principais custam 150,00 MT e consistem em arroz ou farinha de milho com molho de galinha. Uma galinha inteira custa 300,00 MT.

Apesar de não ter quota de abastecimento, o hotel tem tido produtos industrializados tais como, açúcar e óleo porque a direcção desvia para o hotel produtos que deveriam ser comercializados na loja da cooperativa. A cooperativa possui funcionários que se deslocam às diversas aldeias para comprar galinhas e outros produtos (feijão, milho, etc). A água utilizada no hotel até à entrada em funcionamento do sistema de abastecimento era comprada a 25,00 MT a lata, gastando-se por dia cerca de 10 latas.

Trabalham no hotel actualmente cerca de 8 pessoas das quais só 4 é que são membros da cooperativa. No entanto, cada um deles tem um salário fixo de 30,00 MT por dia. Os trabalhadores da cooperativa queixam-se de que o salário é insuficiente pois trabalham todos os dias das 5 da manhã até muito tarde, e reivindicam salário diário completo.

O rendimento obtido pela cooperativa é muito elevado mas difícil de precisar por falta de registos oficiais. Com os resultados obtidos em 1981 já se conseguiu comprar panos e roupa no valor de 80.000,00 MT para distribuir aos cooperativistas. O hotel tem enviado cerca de 40.000,00 MT por mês para o fundo da cooperativa. Parece ser, no entanto, um montante muito aquém dos ganhos. Trata-se de um estabelecimento cujas contribuições ao Estado são pagas através da loja da cooperativa. Assemelha-se mais a uma casa de pasto ou cantina privada do que a um hotel de uma cooperativa.

Pecuaria

As actividades deste sector incluem o tratamento de uma manada de gado bovino, com 15 cabeças em 1982 e de dois porcos. Prevê-se o desenvolvimento de um sector de criação de patos e galinhas, sobretudo para abastecer o hotel. Trabalham neste sector 8 cooperativistas que têm a seu cargo o pastor e o de gado, a manutenção e melhoramento do currais e instalações anexas (manga de tratamento), construção e enchimento de silos, alimentação dos porcos e actividades de construção das instalações para as pequenas espécies.

Este sector tem tido muitos problemas desde a sua criação. A maior parte dos porcos que tinham sido colocados na cooperativa morreram por falta de tratamento (alimentação) e por causa da mosca do sono. Os bois conseguem manter-se vivos devido ao intenso tratamento veterinário mas, segundo os especialistas, vão acabar por morrer. São bois de raça zebuínas introduzidos como animais de trabalho.

É um sector que nos parece ter sido muito mal planificado e na qual a cooperativa vê um motivo para justificar as suas próprias culpas sobretudo ao nível da incapacidade de controlo da força de trabalho dos cooperativistas. No entanto, a opção feita pelo FO-9 de introduzir bois para trabalho e porcos nesta zona glossinada não tem grande justificação, em nossa opinião.

Pesca

Foi o sector da cooperativa de criação mais recente. Foi iniciado em 5 de Maio de 1982 e estava situado a cerca de 40 kms da cooperativa no Lago Nguri, perto de Chai. Foram destacados para esta actividade sete cooperativistas, alguns dos quais casados e cujas mulheres continuaram a viver na sede da cooperativa na SAGAL. A alimentação para esta equipa era enviada pela sede.

Os meios de produção utilizados foram propriedade da cooperativa ou alugados. O barco era alugado pagando-se 600,00 MT por mês. As redes foram compradas em segunda mão pela cooperativa a 850,00 MT e 750,00 MT, respectivamente.

O pescado, cerca de 400 peixes por dia, era vendido fresco no local ou seco na cooperativa. Os preços variavam entre 2,50 MT e 1,00 MT cada peixe. Em 1983, depois de começar a comprar peixe em Mocimboa de Praia e receber 450 contos em três meses, o sector foi fechado pela Administração distrital.

Machamba agrícola

O sector agrícola na CAM começou efectivamente a funcionar desde o primeiro ano da criação da cooperativa em Maio de 1980. Trabalham na machamba da cooperativa os associados que não têm tarefa especializada ou, mesmo estes, quando os seus sectores se encontram paralizados. No entanto, muito poucas são as vezes em que elementos destacados para as outras actividades trabalharam na machamba.

A força de trabalho utilizada na machamba é na maior parte dos casos constituída por elementos que não trabalham nos outros sectores ou por mulheres, cooperativistas ou não. Os cooperativistas, homens ou mulheres destacados para as actividades da machamba agrícola (e para outros sectores também) trabalham cinco dias por semana das 7 às 12 horas na actividade da cooperativa. A parte da tarde é utilizada por cada associado para as suas actividades privadas. Sábado e Domingo são considerados livres.

As mulheres cooperativistas cumprem o mesmo horário que os homens. No entanto, as esposas dos associados, apesar de não serem sócios, trabalham dois dias por semana na machamba da cooperativa, constituindo uma importante reserva suplementar de força de trabalho.

Na campanha de 1980, a primeira campanha agrícola realizada na cooperativa, foram desmatados, lavrados e semeados à mão 13 hectares de terreno. As culturas realizadas foram as seguintes:

- 5 ha de milho
- 2 ha de feijão nhemba
- 5 ha de mapira
- 1 ha de amendoim e gergelim consociado

Mapira (1 ha) 126 kg/5,70 MT	718,00 MT
Milho (10 ha) 1.088 kg/6,50 MT	7.772,00 MT
Feijão nhemba (2 ha) 368 kg/8,30 MT	3.054,00 MT
Arroz (2,3 ha) 580 kg/7,40 MT	4.292,00 MT
Feijão manteiga (1,2 ha) 13 kg/16,50 MT	214,50 MT
Girassol (3,1 ha) 949 kg/11,30 MT	<u>10.724,00 MT</u>
Rendimento total	26.069,00 MT
Despesas (máquinas, sementes)	= <u>13.726,00 MT</u>
Resultado líquido	12.343,00 MT

Para a campanha 82-83, em Abril a direcção da cooperativa insistia em fazer 150 ha. O plano tinha sido feito de novo sem tomar em conta as disponibilidades de força de trabalho nem os custos do equipamento pesado a alugar para a derruba. A insistência da direcção em não considerar os custos levou-nos a pensar que se tratava de uma forma de resolver algumas contradições internas que existiam no seio dos cooperativistas. Segundo Nalite Licomela "as pessoas não trabalhavam". Assim cada membro ia ser responsável por um hectare e no fim do ano ficava com os rendimentos da sua parcela.

Em Junho chegou a CAM uma brigada da Mecnagro que derrubou à máquina 10 hectares de floresta. Segundo os nossos cálculos os custos orçaram em cerca de 150.000,00 MT, equivalente ao décuplo dos custos da mesma operação feita manualmente. Os tractores tinham sido enviados pela Mecnagro a pedido do Governador da Província que tinha recebido reclamações da falta de apoio da direcção da cooperativa.

Nos inícios de Julho chegou a CAM uma brigada do GODCA, do Governo da Província e do Distrito que iniciou um trabalho de planificação da campanha agrícola de 82-83. Esta brigada para além de analisar a situação da cooperativa procedeu a algumas modificações estruturais depois de auscultar os camponeses sobre os problemas existentes e da forma a resolver as contradições constatadas.

Não possuímos os dados relativos aos rendimentos por cada uma das culturas, mas o total foi de 90.000,00 MT. Na sua segunda campanha, 1981-82, a CM tinha planificado o cultivo de 150 hectares prevendo a utilização de maquinaria pesada para a desbrotagem e de tractor para a lavoura.

Segundo o Vice-Presidente da cooperativa, que era responsável pela cooperativa na altura pois o Presidente da CM, Eduardo Mpenbo estava detido, não foi possível cumprir o plano porque os tractores não vieram. Isso aconteceu na sua opinião, porque "houve contradições entre a Mecanagro que devia fornecer o equipamento, a Machamba Estatal de Nguri, que estava encarregada do apoio e o FO-9 que nunca concordaram com o plano por um lado, e por outro lado não tinham meios para realizar 150 hectares nem receberam orientações para o fazer. Tinham por sua iniciativa e com os cooperativistas em reunião geral preparado um plano de 45 hectares feitos à mão e com tracção animal que foi abandonado pela direcção da cooperativa que dizia que tinha máquinas para fazer 150 hectares.

Como as máquinas nunca mais chegavam, a cooperativa decidiu iniciar os trabalhos tendo aberto os 13 hectares anteriores e o tractor que entretanto chegou abriu mais 8 hectares, totalizando cerca de 21 ha. Segundo a direcção da cooperativa o plano falhou porque as máquinas não chegaram. O resultado económico da campanha 81-82 é bastante elucidativo. No entanto, as causas do seu fracasso não nos parecem estar no facto de não ter sido cumprido o plano ou na falta das máquinas.

Aquando da nossa chegada a CAM em Junho de 1982, verificamos que se bem que a direcção da cooperativa argumentasse que dispunham de força de trabalho para cumprir as tarefas necessárias, uma boa parte das culturas estava no campo a apodrecer pois não tinha sido ainda colhida. Nas chamadas diárias para o trabalho comparecia muito pouca gente cerca de 15 a 20 pessoas.

Os cooperativistas

A cooperativa possui em 1982 cerca de 130 associados. A situação exacta é difícil de avaliar devido ao facto de não existirem registos detalhados. Cerca de 47 membros estão destacados em actividades específicas, isto é, trabalham em cada um dos sectores especializados à excepção da agricultura. Dos outros 73 membros nem todos são cooperativistas em tempo inteiro. Foram considerados nos cálculos as esposas dos cooperativistas que trabalham duas jornadas por semana. O número mais alto de associados foi atingido em Dezembro-Janeiro de 1981, antes do fim da primeira colheita agrícola, tendo estado nos três meses seguintes cerca de 30 a 50 pessoas. O total de deserções é muito difícil de calcular, mas todas as saídas estão relacionadas com as insuficiências dos rendimentos anuais de cada um.

A maior parte dos cooperativistas são jovens com a idade

compreendida entre os 16 e os 29 anos, que consideram o trabalho na cooperativa como um substituto para o trabalho assalariado. Eles dizem: "a machamba individual é para comer, mas os rendimentos da cooperativa são para pagar o imposto, para comprar roupa e para outras despesas." Em termos de idade, 57 dos 80 cooperativistas (chefes de família) entrevistados tinham menos de 30 anos em 1982. As razões principais de entrada na cooperativa eram económicas: 65 dos entrevistados citaram motivos económicos, e 52 tinham machambas com área total cultivada de 1 hectare ou menos. A posse de instrumentos de produção e bens de consumo também era baixa. A maior parte de pessoas com experiência de trabalho assalariado (17 dos 28 com experiência) conseguiram emprego depois de 1975. Apenas 15 destes 28 tinham experiência de trabalho migratório fora do país.*

No entanto, entre os cooperativistas nota-se uma grande diferença entre os que fazem parte das estruturas de direcção e os restantes cooperativistas. Essa diferença nota-se sobretudo no afastamento dos chefes de produção. Para além dos profissionais que trabalham em áreas especializadas existem alguns cooperativistas que frequentaram cursos básicos de agricultura tanto no exterior (Bulgária) como no interior (Montepuez e Namaacha), possuindo alguns conhecimentos básicos sobre contabilidade, técnicas agrícolas e tracção animal. No entanto, apesar dos gastos feitos com a sua capacidade técnica nenhum deles trabalha na sua especialidade. O exemplo mais destacado é o do cooperativista que tirou o curso na Bulgária e que é o responsável pela ordem e segurança e não vai para a machamba.

Contradições

Esta "radiografia" feita sobre a CAM permite-nos distinguir duas fases: a da sua formação e a do seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo permite-nos captar as contradições existentes neste processo particular mas ainda de vários outros casos existentes no planalto.

A CAM formou-se com duas características que a distinguem da maior parte das outras que existem no planalto:

- 1- surgiu da iniciativa própria dos camponeses;
- 2- surgiu fora das aldeias existentes, sem ter grande ligação com formas de produção colectivas anteriormente existentes, i.e. machambas da aldeia ou cooperativas de consumo ou de escultura.

Este processo de formação, de certa forma realizado fora do controlo das estruturas do Distrito, mesmo que o tenham aprovado e dado um avanço em dinheiro, foi conduzido por duas pessoas que, de certa forma, podem ser consideradas como símbolos da diferenciação existente no planalto. Trata-se de representantes

* Para uma análise mais detalhada dos cooperativistas da CM, ver "Cooperativa Agrícola Moçambique: Perfil e Perspectivas", CEA, Oficina de História, manuscrito, 1983.

de um extracto do campesinato que se diferenciou dos restantes porque conseguiu acumular através da agricultura e do comércio (caso do Naité Licomela) ou através do trabalho assalariado (caso do Eduardo Mpenbo).

Estes dois elementos, com a ajuda de mais duas pessoas, conseguiram mobilizar o grupo inicial constituído por 57 pessoas. Este grupo inicial era de composição social bastante heterogénea e não conseguiam romper o nó de estrangulamento representado pela falta de meios de produção (caso dos carpinteiros, dos escultores e serradores). No entanto, constitui uma pequena minoria que não deverá ultrapassar cerca de 10 a 15 indivíduos.

O resto do grupo era constituído por jovens que tinham acabado o ensino primário e estavam à espera de novas ordens, ou por adultos que procuravam aumentar os seus rendimentos, encontrando no trabalho da cooperativa uma substituição para o salário. No recrutamento das pessoas, para além de alguns casos de pessoas que se voluntariaram, uma grande maioria foi contratada pessoalmente por Licomela e Mpenbo. Este tipo de contrato contribuiu para que, aquando da criação das primeiras estruturas dirigentes fossem cooptados os conhecidos e amigos dos fundadores.

Uns dias depois do início das actividades deste pequeno grupo verificou-se a entrada na cooperativa de uma avalanche de associados provenientes de aldeias vizinhas, Nanenda e Nanili. Tratava-se de gente que tinha ouvido que se podia ganhar dinheiro no trabalho da cooperativa, que ia receber um grande apoio do Governo. Uma boa parte destes elementos abandonou a cooperativa em massa aquando da primeira distribuição de rendimentos achando que o que pagavam era muito pouco.

Uma análise detalhada dos rendimentos da cooperativa mostra-nos uma estrutura em que dominam os proventos obtidos a partir de uma actividade comercial, por exemplo, hotel. De certa forma, os rendimentos da parte artesanal são também aumentados pela especulação na sua venda. A CAM é um empreendimento económico perfeitamente adaptado às condições concretas do mercado existentes no planalto de forma a acumular o máximo possível.*

No entanto, o nome dado --Cooperativa Agrícola Moçambique-- é uma tentativa de colocar este projecto de acordo com as exigências ideológicas de desenvolvimento das cooperativas. Para estar dentro da linha do Partido e do Estado, que dá grande ênfase à agricultura, a direcção da cooperativa tenta mostrar que dá grande importância ao sector agrícola se bem que os lucros obtidos do sector agrícola não se possam comparar aos que se conseguem através do comércio. Os preços oficiais pagos pelas culturas prevalentes em Mueda são considerados insuficientes.

* Para mais detalhes sobre isso, ver "Cooperativa Agrícola Moçambique: Perfil e Perspectivas", CEA, manuscrito, 1983. (Em diante, CAM, manuscrito 1983.)

Durante o trabalho realizado na cooperativa e na análise feita até agora podem detectar-se as seguintes contradições:

-Ao nível da produção agrícola

Uma diminuição crescente do sector agrícola e uma concentração dos ramos em que se pode acumular mais, sobretudo no sector comercial. Desvio para o mercado negro de uma parte da produção agrícola. Dos 2 ha de feijão manteiga plantados, a cooperativa declarou um rendimento de 13 kg. O restante foi vendido no mercado negro por razões óbvias. Cada kg ao preço oficial é pago a 16,50 MT enquanto os compradores pagam a 150,00 MT/kg. Contradição entre a produção na machamba privada e na machamba colectiva. O camponês dedica maior atenção à sua actividade privada porque garante a subsistência e o rendimento seguro. Pode vir a agravar-se se o cooperativista se tornar insatisfeito com os rendimentos da produção colectiva.

-Ao nível da distribuição dos rendimentos da cooperativa

Por causa da não existência de registos nem contabilidade organizada, se bem que haja capacidade técnica e pessoal para o fazer, bem como a consciência da necessidade desta actividade, a vida económica da cooperativa não é clara. A venda de produtos no mercado negro, os preços especulativos no hotel, os empréstimos de dinheiro a elementos da direcção, apontam para a existência de problemas de desvio de fundos. Mas a questão central nesta área é a da distribuição de rendimentos pelos cooperativistas. A política adoptada de distribuição de rendimentos é um dos factores que contribuem para que alguns cooperativistas se desmobilizem, abandonando mesmo a cooperativa.

Até 1982 na cooperativa, em 24 meses de actividade, só foram feitos a cada cooperativista dois pagamentos em dinheiro e um em espécie (capulanas e roupas). Esta foi a razão que levou os membros a abandonar a CAM, pois pensavam receber mais dinheiro. Actualmente a CAM diz pagar de acordo com as jornadas trabalhadas, mas o sistema nunca foi aplicado. A entrada de novos membros na cooperativa, são-lhes apresentadas condições para tal: "nesta cooperativa não vale entrar com dinheiro, deve trazer experiência, vontade. Dizemos que o importante é que as pessoas tragam força e experiência para desenvolverem a cooperativa" (Mpembo, a 14.6.82). "mesmo com boa vontade, a pessoa fica sujeita a um período de experiência." Uma vez admitido como membro fica seis meses a trabalhar sem receber; no sétimo reúne-se a comissão de gestão que decide se a pessoa pode permanecer como cooperativista. Tratando-se de trabalhador não especializado, afecto portanto ao sector agrícola, ficará estes seis meses sem qualquer fonte de rendimento.

Inicialmente, cada cooperativista pertencente ao grupo dos 57 membros fundadores recebia o dinheiro que precisava uma vez aprovado pela então Comissão dos Sete. Os restantes, considerados "novos", estariam excluídos deste processo e submetidos à prova dos seis meses, após os quais então receberiam os 500,00 MT de ajuda. A distribuição real contudo não se baseou nestes critérios. É anárquica, confusa, e indefinida. Estes 500,00 MT foram distribuídos duas vezes, Janeiro 81 e Fevereiro

de 82 para todos os cooperativistas, indistintamente. Da mesma forma iniciou-se em Maio de 1982 a distribuição de roupas e tecidos no valor aproximado de 1.100,00 MT, que seria oportunamente descontado aquando do acerto de contas que teria como parâmetro o número de jornas trabalhadas por cada cooperativista ao longo da campanha agrícola.

Este critério de jornas foi introduzido por orientação da Direcção Distrital de Agricultura e o seu valor foi fixado em Assembleia Geral. Dos 33,50 MT então fixados, 7,50 MT iam para o fundo social e o restante para os cooperativistas. Se atendermos às normas internas que fixam em 5 jornas semanais por cooperativista, teríamos que este daria mensalmente a quantia aproximada de 520,00 MT, e na campanha à volta dos 6.000,00 MT. Como até ao momento os cooperativistas não tiveram qualquer distribuição que a isto se aproximasse, enquanto que viam e vêm uma forte circulação de dinheiro restrita aos membros das estruturas de direcção que lhes possibilita acesso a melhores produtos de uso pessoal, visível afastamento destes do trabalho, alegadamente em "missão de serviço" no interesse da cooperativa e portanto de todos, a ausência de informações e consultas à Assembleia Geral, leva alguns a "desiludirem-se" e a abandonarem a cooperativa. Aqueles que assim não fazem, ou têm ainda esperanças de que "aqui há-de ter dinheiro, há-de ter comida para o Governo e para todos" (Ntumica, 22.6.82) ou porque têm ainda mais um ou dois anos por explorar a machamba familiar que abrinam no local, mas, se não saírem fisicamente, deixaram de participar activamente nas tarefas, em particular na agricultura. Se tomarmos como válidos os precários registos de frequência na machamba da cooperativa, notaremos claramente um afastamento de tais tarefas. Os dados que se seguem referem-se sómente a quatro meses deste ano. Para períodos anteriores temos um registo geral da totalidade das jornas do ano de 1980, de Maio a Dezembro e do mês de Junho de 1981. (Ver quadro 1)*

Se tomarmos em conta que a cooperativa possui cerca de 80 pessoas disponíveis e dedicadas exclusivamente ao sector agrícola, temos, pelo índice acima, que a participação diária não atinge, em nenhum dos meses, 50 % da participação possível; a única excepção é no mês de Janeiro. Os índices reais de participação estão, contudo, aquém dos indicados. Os membros das estruturas de direcção, maioritariamente afectados ao sector agrícola, têm seus nomes lançados com presença nas listas de controlo, quando na verdade raramente se dedicam ao trabalho, conforme podemos verificar e confirmar, entre outros, com o próprio secretário, Lucas Ntumica, sendo ele próprio sendo um destes casos. Portanto, a participação no trabalho apresenta-se débil. Muitos vão à machamba para "marcar jornas", sob pressão, mas não relação de responsabilidade diante dos resultados de produção.

* Ver também CAM, manuscrito, 1983, para uma análise mais completa.

QUADRO 1

	homens	mulheres	total
Janeiro 1982			
número	70	6	76
total de jornas	1,235	123	1,358
jornas/homem	17.5	20.5	17.8
jornas/dia	56	5.6	61.6
Março 1982			
número	39	27	66
total de jornas	702	208	910
jornas/homem	18	7.7	13.7
jornas/dia	32	9.5	41
Abril 1982			
número	30	31	61
total de jornas	460	281	741
jornas/homem	15.3	9	12
jornas/dia	20.9	12.7	33.6
Maio 1982			
número	34	28	62
total de jornas	571	213	784
jornas/homem	16.7	7.6	12.6
jornas/dia	25.9	9.7	35.6

Nota: Se foram utilizados os dados mais certos.

Nesta campanha, cerca de 10% de arroz semeado deixou de ser colhido por falta de responsabilidade nesta tarefa delicada. Já pela metade do mês de Julho, tarde portanto, de acordo com a opinião de cooperativistas em relação ao calendário agrícola da região, ainda estava por colher cerca de 2 ha de feijão nhemba, 1.2 de feijão manteiga, e cerca de 3.1 ha de girassol que já não havia sido sachado na época cerca de 3.1 ha de girassol. Segundo as nossas estimativas, cada jorna valeria pouco mais de 1.00 MT. Assim o rendimento médio de cada cooperativista andaria a volta dos 300.00 MT, para toda a campanha 81-82.

Estes índices da situação real da cooperativa são desconhecidos para os cooperativistas, que consideram pequenas as distribuições efectuadas até o presente, não obstante serem superiores. 0

desconhecimento da situação financeira, dos planos e compromissos assumidos, distanciam o cooperativista tanto das decisões como da actividade produtiva.

Os problemas existentes podem ser resumidos da seguinte forma:

- não correspondência entre a distribuição aos cooperativistas e os rendimentos da cooperativa.
- existência de vários sistemas de pagamento, um para os ramos e outro para a machamba agrícola.
- controlo da vida económica por parte da direcção sem que haja uma informação aos cooperativistas sobre o que se passa.

Esta situação parece-nos constituir a explicação para os grandes problemas que afectam a força de trabalho que a cooperativa enfrenta no seu sector agrícola. O carpinteiro pode fazer uma cadeira nas horas de serviço ou aproveitar-se dos materiais da cooperativa para a sua actividade privada. O cooperativista não especializado que não pode recorrer a estes métodos, portanto, falta ao trabalho. Durante a nossa permanência na CAM por várias vezes não aparecia ninguém à chamada para o trabalho diário, tendo o Secretário da cooperativa sido obrigado a ir de casa em casa chamar as pessoas.

Para ilustrar a importância da distribuição de rendimentos para a mobilização dos cooperativistas, basta constatar que a maioria dos membros oferecem motivos de ordem económica como sendo os motivos da sua entrada na CAM. As entrevistas individuais e em grupos vem confirmar esta informação obtida nos inquéritos familiares aplicados à quase totalidade dos membros. Em entrevistas realizadas a 23.6.82, os serradores deste sector afirmaram que o que mais os prende à cooperativa, o que lhes serve de impedimento a sua saída, formando um grupo autónomo e à parte, é que, para além de receberem ou de virem a receber apoio do Estado (DDA, DNA, Administração, Agricom, Lojas do Povo, FO-9), tanto eles como as suas mulheres têm oportunidade de obterem rendimentos monetários. Eles, como serradores e eventualmente na falta de meios de produção (limas, principalmente), podem, como agricultores, na machamba da cooperativa receberem jornas, e as suas mulheres, mesmo não formalmente cooperativistas, sem portanto direito de participação, podem ir à machamba da cooperativa, quando esta necessita de força de trabalho suplementar, contribuindo assim para maior entrada de dinheiro no orçamento familiar.

Portanto os cooperativistas precisam de dinheiro, mas não participam dum maneira regular na produção agrícola. Somente recorrem à machamba como se fossem trabalhadores assalariados eventuais, na maneira típica de camponeses semi-proletarizados. O recuo do trabalho colectivo é claramente ligado ao facto que os cooperativistas são explorados como em qualquer empresa capitalista. Em 1983, a resposta da direcção da CAM à falta de mão-de-obra, foi de pagar 250.000,00 MT para trabalho assalariado para sáchar e colher arroz. Quando a brigada Distrital de comercialização chegou, a CAM tinha somente 60 sacos de arroz, mas depois da orientação do Distrito de colher mais, logo

conseguiram mais 100 sacos, dando uma colheita oficial de 160 sacos. A rapidez desta última parte da colheita mostra que a CAM tinha a capacidade de colher e vender muito arroz no mercado paralelo antes da chegada da brigada distrital.

Só a resolução da situação actual que permite a acumulação privada dos rendimentos colectivos é que vai permitir transformar a cooperativa, pois a manutenção da maior parte dos cooperativistas depende deste factor. Actualmente a CAM assemelha-se às machambas cooperativas do Nkavandame que, de uma forma ou de outra, serviram de modelo a esta experiência.

O Apoio Estatal

Para além das contradições existentes e ligadas à natureza de classe dos camponeses associados à CAM, a situação torna-se ainda mais complicada pelo facto de não existir ainda por parte do Distrito e do Aparelho do Estado e do Partido como um todo, uma prática clara e consentada em relação às cooperativas. A CAM pela situação geográfica, por um lado, e pela sua organização, constitui uma vitrina de visitas utilizada pela estrutura do Distrito. Esta situação faz com que a direcção da cooperativa seja capaz de obter alguns apoios para além dos planos locais.

A especificidade da origem da Cooperativa Moçambique, tornou-a aos olhos das autoridades desconhecedoras da situação real, porque sempre é apresentada em "visitas" como uma "cooperativa piloto", um modelo a ser seguido, um local a ser visitado, uma direcção a ser prestigiada. É este próprio prestígio que cria as condições para que o seu núcleo dirigente se fortaleça em detrimento de uma ampla participação dos membros. As Assembleias Gerais não eram realizadas regularmente, as atitudes eram decididas preliminarmente, e usando do prestígio, do apoio e das orientações reais ou não recebidas do Aparelho do Estado, faziam aprovar os seus actos sem a necessária participação de base que em todos os casos os devia preceder. Os planos eram traçados tomando em conta mais o prestígio político da cooperativa, que receberia apoio do estado, do que baseado nas condições objectivas, capacidade produtiva em função da disponibilidade e da participação da força de trabalho de forma colectiva.

Este apoio excessivo pode vir a transformar a cooperativa num "modelo" cuja função seria só para mostrar aos visitantes. As máquinas enviadas por ordem do Governador da Provincia para o derrube, vieram sem que houvesse o estudo económico prévio, mesmo que o Estado custeie as despesas de desmate. Esta situação encoraja também que os planos irrealistas de desenvolvimento, (os 150 ha) sejam implementados ou aceites sem se reflectir sobre os resultados). A direcção da cooperativa tem vindo a tentar resolver as suas contradições internas, tentando utilizar o apoio do Estado. A contradição dentro da direcção já não é entre a acumulação privada e a acumulação colectiva mas passa a ser "falta de apoio". A exploração passa a ser coberta com a capa da

"ineficiência do Governo".*

O relançamento do apoio às cooperativas e uma maior direcção por parte do Ministério da Agricultura são umas das condições prévias para modificar a situação. Para além das concepções pouco claras existentes entre os camponeses, o problema maior é a forma como o Aparelho de Estado está a actuar. Não há uma prática coordenada nem orientações claras por parte dos Ministérios envolvidos, nem por parte do Partido. A própria Lei das Cooperativas não é aplicada nem conhecida por muitos dos quadros que tomam decisões a nível local.

E na crise das relações entre a direcção e os demais cooperativistas, crescente falta de confiança nos seus métodos, aumento do autoritarismo e recurso frequente a atitudes administrativas que contrariam o discurso eminentemente político dirigido aos visitantes, que estão as raízes da crise de participação colectiva no trabalho, principalmente nos sectores cuja rentabilidade e monetarização não atingem os índices da machamba familiar, nomeadamente no sector agrícola.

Um sinal de mudança ou pelo menos de tentativa de ruptura com as práticas anteriores, foi dado pela chegada à CAM de uma brigada com Responsáveis Provinciais e elementos do GODCA para apoiar a planificação da CM. No entanto, qualquer modificação só poderá ser verificada na campanha agrícola de 1982-1983. Os resultados desta campanha ainda não estavam disponíveis nos meados de Julho de 1983.

Em 1982, durante a estadia da numerosa brigada composta de elementos enviados de Maputo (GODCA - CO-1), Pemba (DPA, BPD, Mecanagro) e Distrito (DDA e Administrador) é que o Estado interveio. Procurou avaliar a situação e saná-la, provocando o mínimo de alterações na composição da estrutura dirigente. Adequaram-se antigas estruturas às novas, aplicando-se os estatutos tipo das cooperativas. Procurou-se mesmo, mantendo algumas pessoas da anterior direcção, definir melhor as responsabilidades, restringir e controlar mais de perto as actividades ligadas ao comércio (loja e hotel) evitando-se os registados desvios de fundos, criar mecanismos de participação nas decisões pela maioria, restabelecendo assim um clima de confiança que beneficiaria imediatamente a produção. A reorganização política interna serviria como elemento mobilizador para suplantiar a situação crítica verificada na campanha 81-82.

A brigada orientou no sentido de se alterarem os planos de produção (60 ha e não 150), adequando-se, mesmo que ainda superestimada, a capacidade produtiva disponível da cooperativa. Assim, comprometeu-se a contribuir eficazmente para que as novas metas, aprovadas em Assembleia Geral fossem satisfeitas. Máquinas, sementes, insumos, financiamentos e orientação técnica foram postos à disposição para que o sucesso na campanha 82-83 torne de facto a cooperativa Mocambique em "cooperativa piloto".

* ver CAM, manuscrito, 1983.

A cooperativa Moçambique, Modelo?

Dos diversos grupos cooperativos que existem no planalto, estimados em cerca de 250 e em vários estágios de formação e desenvolvimento, a CAM foi considerada modelo pelas estruturas políticas e administrativas. Esta opção foi realizada somente com base em informações muito superficiais sem sequer tentar considerar o trabalho realizado por outros grupos. Desta forma é muito difícil saber-se o que é modelo na CAM.

No entanto, apesar das contradições que se podem tornar num travão ao desenvolvimento desta forma de organização como forma de produção socialista, existem alguns elementos na sua história bastante importantes e que são fundamentais para tornar a CAM um modelo, e que são:

- a experiência do trabalho colectivo durante a Luta Armada;
- a consciência política formada pela participação na Luta Armada;
- capacidade crítica em relação ao Estado e Partido.

As modificações realizadas pela brigada, a nosso ver, tiveram algumas vantagens: por um lado permitiram que os cooperativistas elegessem uma nova estrutura, tendo sido afastado o Vice-Presidente da CAM, Naite Licomela, e colocados em lugares mais adequados indivíduos com preparação técnica. Por outro lado, fez também que alguns elementos do Distrito, sobretudo os técnicos do FO-9, se sentissem mobilizados, pois o trabalho que realizavam era constantemente modificado por outras intervenções.

No entanto, se não for garantida uma certa continuidade a esta intervenção, as modificações realizadas acabarão por perder-se. Por exemplo, aquando da visita de trabalho efectuada por uma brigada do GGDCA/Governo da Província em 1982, foram tomadas algumas medidas para dotar a cooperativa de estruturas democráticas e de novos corpos sociais. Neste processo o Vice-Presidente da Cooperativa foi afastado da direcção, porque não foi eleito.

Actualmente apesar de não fazer parte da direcção, Naite Licomela, participa em todas as reuniões importantes, serve de conselheiro ao Presidente da CAM, e parece mesmo controlar a contabilidade da cooperativa. Por outro lado, as actividades comerciais especulativas continuam a ser praticadas pela actual direcção. A cooperativa, recebeu em meados de 82, 90.000,00 MT do Banco, para comprar meios de produção. No entanto, somente 15.000,00 MT foram utilizados para os fins visados pelo crédito, sendo o restante utilizado para alugar um camião que se deslocou a Mecufi, para comprar sal que actualmente está a ser vendido a 12,00 MT/kg.

O facto do sector de pesca ter conseguido um rendimento de 450.000,00 MT em três meses, antes de ser fechado por uma brigada Distrital em 1983, mostra a força destas tendências de actuar como uma empresa comercial capitalista. No funcionamento da CAM pode-se identificar claramente o projecto de acumulação de uma

camada do campesinato e a forma como tenta ultrapassar os obstáculos existentes para a sua concretização. Os camponeses mais ricos tentam acumular através do controlo das suas relações com o Estado, através do controlo da administração e das finanças da cooperativa e dos mecanismos comerciais. Os mais pobres vendem a sua capacidade de trabalho para fazer a sua poupança inicial, isto é, arranjar dinheiro para pagar o lobolo, o imposto ou para custear uma ou outra despesa monetária. O grupo dos camponeses que dirige a cooperativa controla os mecanismos do poder dentro da cooperativa de tal forma que consegue neutralizar qualquer tentativa para pôr a funcionar os seus órgãos sociais de uma forma democrática.

A intervenção política e o controlo popular das cooperativas

Para se conseguir efectuar com sucesso a transformação desta cooperativa numa cooperativa socialista há que desenvolver uma actividade com três aspectos.

Coordenação da actuação do Estado

Ao nível Central é necessário que as orientações transmitidas para a Província e para o Distrito, não sejam contraditórias. Exemplo: a CNAC diz que as cooperativas polivalentes são as únicas e o GODCA diz que são muito importantes, mas não são únicas. Isso implica que os Ministérios responsáveis pelo fornecimento de insumos à produção agrícola (i.e. Plano, Comércio Interno, Comércio Externo) modifiquem a sua actuação de forma que não cheguem ao Distrito moto-serras e faltem limas.

O então Primeiro Secretário e Governador da Província, Panguene, tem vindo a conceder uma grande atenção às antigas Zonas Libertadas, mas o seu esforço corre o risco de não trazer frutos se ao nível Central não forem combatidas algumas práticas negativas.

Ao nível Provincial:

- Acabar com as visitas frequentes de delegações estrangeiras e nacionais à CAM.
- Impedir que certas decisões sejam transmitidas directamente à CAM, ultrapassando o Distrito.
- Fazer com que o quadro destacado para coordenar as actividades do Distrito seja sensível à natureza de classe do campesinato e capaz de aplicar criativamente as decisões do Partido e do Estado.
- Garantir as prioridades definidas para as Zonas Libertadas e manter um contacto frequente com os camponeses através do Partido e a Administração Distrital.

Ao nível do Distrito:

-Neste momento as queixas dos camponeses encontram-se nas reuniões entre o Administrador e a população, mas os problemas

frequentemente ultrapassam a capacidade do Distrito de os resolver. Os camponeses não aceitam que a administração não possa resolver certos problemas. Isso implica uma melhor troca de informação entre a Província e o Distrito para melhor orientar a implementação da política de socialização do campo.

Em termos da concepção do desenvolvimento e do papel das cooperativas na socialização do campo, prevalece entre as estruturas uma ideia muito idealizada deste processo. As pessoas juntam-se numa cooperativa porque trabalhar juntos é bom; trabalhar sozinho é mau. Mas ninguém parece estar preocupado em mostrar como o trabalho colectivo deve ser organizado para o tornar cada vez mais rentável que o trabalho individual.

Em Junho de 1982 foi criada, no Distrito, a Comissão de Socialização do Campo, que se reuniu uma vez e nunca mais houve qualquer encontro. Esta visão burocrática e administrativa de desenvolvimento socialista faz com que os erros possíveis de ser detectados na actuação do projecto FO-9 sejam transformadas em contradições secundárias e numa concorrência entre administração e o projecto FO-9, quando são ambas parte do mesmo Aparelho de Estado.

Ao nível do projecto e sobretudo na sua relação com a CAM podem notar-se várias insuficiências, havendo por parte da direcção da cooperativa uma queixa quanto à pouca frequência dos contactos. Se por um lado a CAM tenta monopolizar o apoio do FO-9, por outro lado o projecto deu demasiada importância à cooperativa desligando-se da realidade do Distrito. A introdução dos porcos e do gado sem um estudo sério da situação, criou dificuldades no desenvolvimento de relações correctas.

Além disso é preciso acabar com uma certa rede de corrupção informal que é mantida pela direcção da CAM através do fornecimento de produtos no mercado negro a muitos funcionarios do Aparelho de Estado. A venda de feijão manteiga foi efectuada a motoristas e outros funcionários que se deslocam a Mueda em serviço, e que assim passam a ser embaixadores da CAM. O distrito tem que se convencer que a sua área de actuação deve ser a organização das cooperativas de forma a impedir que a CAM seja a reprodução do modelo das cooperativas Ligulanilu, onde um pequeno grupo mais rico dos camponeses tenta explorar os outros como força de trabalho barata.

E dura, mas a conclusão provisória é que, até agora, a actuação do Aparelho de Estado só tem conseguido desmobilizar aqueles que aprenderam a lutar contra a exploração.

O aparelho do Partido

Ao aparelho do Partido, tanto ao DTI como ao DPEP (Departamento de Política Económica Provincial) compete criar as condições precisas sobre a nossa estratégia de desenvolvimento, criando as condições para que as deformações provocadas pelo Aparelho de

Estado sejam corrigidas. Um passo importante foi dado com a nomeação do Primeiro Secretário do Partido, mas não poderá cumprir as suas tarefas se não forem dadas orientações e um apoio directo por parte da Direcção do Partido.

Além disso, uma reforma da direcção da CAM implica trabalho político de base dentro da cooperativa, para reforçar os direitos dos membros face à direcção, e para assegurar uma prestação de contas regular por parte da direcção. Cabe ao Partido no Distrito, conforme as orientações do Partido ao nível nacional e provincial, fazer esforço para desempenhar este papel.

Democratização da Cooperativa Agrícola Moçambique

Ao nível da própria CAM, será necessário aproveitar as condições criadas por uma melhor coordenação entre as várias estruturas do Partido e do Estado, para assegurar que a CAM seja abrangida nos planos económicos Distritais e Provinciais. A prática actual, de formular planos irrealistas, é uma resposta às contradições dentro da cooperativa, enquanto uma planificação realista está muito dentro da capacidade dos próprios cooperativistas, desde que seja estabelecida uma prioridade real (e não cosmética) para a agricultura. O Distrito já tentou assegurar esta prioridade para a produção agrícola em 1983, quando a brigada distrital criticou a CAM e encerrou o sector de pesca. Contudo, apesar das críticas serem correctas, o facto de proibir certas actividades não vai, em si, resolver o problema da natureza actual da CAM, onde se assemelha a uma empresa comercial capitalista.

O primeiro passo para acabar com a exploração capitalista e democratizar a CAM é convocar uma Assembleia Geral e convidar os membros a falar, garantindo-lhes a certeza que a direcção não tomará medidas repressivas contra eles. Aqui o papel do Partido Distrital é crucial, porque as eleições e medidas correctivas de gestão que provavelmente vão sair duma tal reunião têm que ser supervisionadas pelo Partido, de forma que os próprios membros participem nas decisões mais importantes sobre a produção e a distribuição de rendimento.

Dado que uma grande parte dos problemas de produção agrícola resultaram da negligência deste sector da CAM por parte da direcção, a divisão de trabalho (a distribuição das tarefas entre os cooperativistas) não deve ser um problema tão sério, mesmo havendo grandes mudanças na direcção. Entre 1982 e 1983, a actualização do projecto FO-9 em apoio às cooperativas no Distrito melhorou duma maneira considerável, e a capacidade do projecto dar assistência técnica e organizativa aumentou. Graças a este apoio seria possível esperar que, mesmo com falta de experiência, uma nova direcção pudesse dirigir esta cooperativa bastante grande no caminho de transformação socialista.

V.A ALDEIA NANHALA

Introdução descritiva

A aldeia Nanhala, situada na zona baixa do Distrito de Mueda, a cerca de 22 kms da sede, tem uma população de 120 famílias, com cerca de 600 habitantes na totalidade. Foi fundada em 1976. Durante a Luta Armada de Libertação Nacional, a maior parte dos habitantes viviam nas zonas de Namalala, Nabudo e Namagali e estavam integrados numa localidade do Distrito de Mueda, a localidade de Iteko.

É uma aldeia que podemos considerar como fazendo parte da periferia do Distrito, com dificuldades de comunicação e de transportes. A picada que liga a aldeia à sede, foi melhorada em 1981 por uma brigada de trabalhadores das Obras Públicas, dando actualmente passagem a qualquer tipo de viaturas, apesar da ponte sobre o Rio Mueda não estar em condições, pois não possui estabilidade nem é suficientemente forte para permitir a passagem de camiões pesados.

O local onde está situada a aldeia tem à sua volta terrenos férteis, e a água está localizada perto (em comparação com as outras aldeias), a 4 km do centro da aldeia. Existem também na aldeia 5 poços que apesar das suas precárias condições, são utilizadas pela população.

A Localidade de Iteko

A Localidade de Iteko tomou o seu nome de uma região onde antes da guerra não vivia ninguém e onde gente vinda de várias regiões --Lipelua, Uavi-- faziam as suas machambas de tabaco. Faziam parte da localidade Iteko, seis círculos:

Nambedo

Lipuedi

Mitioto

Mumo

Liungo

Chipimi

O chairman desta zona foi primeiro Agostinho Nchima que saiu em 1966, tendo sido substituído por Chiwedi Saidi. Em 1968, Saidi foi estudar para Nangade, tendo sido posteriormente para Nachingwea onde recebeu treino político-militar. Actualmente é soldado em Chimoio. A partir de 1968, a localidade foi dirigida por Juma Kulimoy que passou a ser chefe da aldeia depois da sua fundação, tendo sido substituído por ter cegado em 1978. Vive actualmente na aldeia Lipelua.

Durante a Luta Armada, a Localidade tinha contactos com o Distrito de Mueda e com o destacamento Maniamba, situado perto da

posição portuguesa de Nacatar. O contacto entre a Localidade e os diversos círculos era assegurada pelos secretários dos círculos. Normalmente, a Localidade destacava um elemento seu para apoiar os círculos nas reuniões a fim de garantir a resolução de qualquer problema que surgisse. Normalmente, as reuniões eram realizadas uma vez por mês, mas devido às condições de guerra convocava-se uma série de reuniões urgentes. A convocação para as reuniões era feita de casa em casa por um elemento do círculo. Em cada um dos círculos as pessoas viviam espalhadas pela floresta, vivendo em cada zona gente de uma likola (clã em Makonde). Assim, em Namawanga vivia gente das makola Namachanguela e Nanengo; em Namalala de Vanamavango e Vanamavinga; em Nambudi, de Vamunde e Vanamachimvele.

Os responsáveis pelos círculos eram nomeados pela Localidade. No entanto, a população era convidada a pronunciar-se sobre cada um dos elementos, nas reuniões de apresentação. Num dos círculos -- Lipuedi -- em 1974, quatro elementos ligados às estruturas foram presos e levados para a base Moçambique, porque eram suspeitos de terem ligações com o inimigo. Os problemas mais frequentes em cada um dos círculos, eram adultério e roubo. O castigo para cada um dos casos era o mesmo; ou tinham que abrir uma trincheira ou pagavam 100,00 xilings (ou seja 500 MT).*

A forma de produção dominante era a pequena produção familiar, havendo, no entanto, em cada círculo, um campo de 4 ha, cuja produção era destinada ao abastecimento do Destacamento Maniamba. Não havia dificuldades na obtenção de terras para cultivar, porque o acesso à terra não era controlado pelos Mwene. Muitos. Só um dos círculos, é que possuía uma cooperativa de escultura com 5 elementos. Quanto à educação a maior parte das crianças deslocava-se para a escola que estava situada perto da Localidade onde viviam durante a semana inteira, como internos. A comida era tirada dos armazéns existentes. Só num círculo, Lipuedi, é que existia uma escola de alfabetização para adultos, sendo o monitor o secretário administrativo do círculo.

Transição e Pós-Independência

Como fim da guerra em 1974, a população começou a sair dos seus locais. Começou a mobilização para a formação das aldeias comunais, surgindo um problema quanto à localização da aldeia. Algumas pessoas queriam regressar para os lugares onde

* No Planalto de Mueda costuma falar-se em xilings. Para converter em MT têm que multiplicar por 5. As vezes a conversão é feita automaticamente pela pessoa que fala o que dificulta a compreensão.

habitavam antes da guerra. Outras queriam continuar nos sítios onde viviam durante a guerra. Outras ainda queriam continuar em Namalala, onde se tinham concentrado quando tinham começado a sair do mato em 1974.

Um dos grupos que vivia na zona de Namagali e Namalala, decidiu construir uma aldeia nova --Nanhala-- que ficava numa zona situada sensivelmente a meio dos locais onde cada um queria ficar. Todo este processo foi orientado pelo Vice Comissário do Distrito de Mueda, Maunda, que disse que ninguém podia ir para o lugar que queria.

No entanto, pouco a pouco, a população da aldeia, que no início tinha cerca de 700 a 800 famílias, começou a ficar reduzida, tendo em 1982 entre 120 a 130 famílias. Em 1980, um outro grupo de cerca de 300 pessoas, decidiu sair da aldeia, e vive actualmente numa nova aldeia. Em 1982 havia ainda um outro grupo que estava a pensar em regressar aos locais onde vivia durante a luta, em Chipimbi.

A verdadeira natureza dos problemas que existem na aldeia apresenta-se quando se discute a saída das pessoas. A questão fundamental é normalmente escondida porque as estruturas da aldeia dizem que "as pessoas saíram porque é uma questão de likola. Não compreendem as orientações e vão-se embora".

Em 1981, um grupo constituído por mais de 300 pessoas saiu de Nanhala e foi fundar a aldeia Chudi. Para o presidente da aldeia Nanhala, o responsável por esta questão é o chefe da likola de nome Abudo. Quando se tenta analisar com os camponeses --sobretudo com os elementos que chefiaram os círculos na Luta Armada-- a questão da produção agrícola, chega-se à conclusão que muitos preferem viver nas machambas porque é o único local onde podem produzir, porque perto da aldeia a terra tem donos que não autorizam o seu cultivo, sobretudo das melhores terras.

A saída de uma parte da população da Aldeia Nanhala é também considerada simplificando a situação: "eles foram viver para o sítio onde tinham as suas machambas e porque ficam perto de uma estrada onde passam carros." O primeiro presidente da aldeia foi Juma Kulimoy, que durante a Luta Armada tinha sido o responsável da Localidade, tendo-se mantido nas suas funções até 1978, altura em que cegou, tendo sido substituído pelo Secretário da célula do Partido, Kaunda Antonio. A população não gostou da nomeação feita e que lhes foi comunicada pelo Distrito numa circular. O antigo presidente, Juma Kulimoy, deslocou-se à sede do Distrito para comunicar a posição da população, que dizia que K. Antonio era coxo e portanto não podia ser presidente, pois não conseguiria ir para Mueda.

Em 1980, K. Antonio foi retirado das suas funções por se ter casado pela segunda vez. A população parece ter tido muitos problemas com este responsável, que acusam de ser bêbado. Nos fins de 1980, o Distrito propôs um novo chefe, Germano Madebe Nalala, que foi aceite pela população. Em 1981, foi constituído

o Conselho Executivo (CE), formado por seis membros.

Existem na aldeia estruturas do Estado e do Partido. A Assembleia Popular foi formada em 1978 e não funcionou, desconhecendo o CE o número dos deputados que existem. Nas eleições que foram realizadas na aldeia, sem presença de qualquer elemento do Distrito, nenhum candidato foi rejeitado. A estrutura da aldeia recebeu uma circular do Distrito para formar uma Assembleia, tendo-se reunido para escolher os candidatos, que depois foram eleitos. O Comité do Partido, possui 61 elementos e não funcionou em 1982. Reune-se quando recebe uma tarefa. As estruturas existentes não funcionam nem conseguem mobilizar a população, como se viu nos Domingos com o içar da Bandeira que só conseguia atrair mais ou menos 30 pessoas... 2 horas depois da hora em que se deviam ter concentrado.

Formas de produção colectiva

A totalidade das formas de produção colectivas existentes estão numa fase embrionária. Existem na aldeia, para além da machamba da aldeia, as seguintes cooperativas:

mel
tijolos
olaria
consumo

A machamba colectiva

A machamba colectiva actualmente existente foi aberta em 1981; a primeira colheita foi em julho 1982. Além do algodão foi semeado cajú, milho e mandioca. Tencionou-se utilizar o rendimento desta machamba de 4 ha para arranjar fundos para custear as despesas da construção da sede do Partido, compra de cadernos e canetas e outras despesas da aldeia. A participação dos aldeões no trabalho colectivo foi muito fraca. O Conselho Executivo adoptou um sistema de controlo que consiste no seguinte: cada família recebe um papel que têm de apresentar no dia da machamba colectiva. Se não comparecer ao trabalho colectivo deverá pagar até ao fim do ano dois cestos de cereais. No dia do trabalho na machamba ao controlarmos o tempo das mulheres, verificámos que aquelas que se tinham deslocado à machamba trabalharam menos de uma hora.

A manutenção de uma machamba da aldeia foi sempre uma tarefa difícil em Nanhala. A machamba antiga que tinha sido aberta em 1977-1978 teve que ser abandonada porque os habitantes da aldeia que iam regularmente aos trabalhos queixavam-se de que parecia que a aldeia era deles e que tinham que trabalhar para toda a gente.

As cooperativas

Cooperativa de olaria

A cooperativa de olaria é constituída, na sua quase totalidade, por mulheres, à excepção do secretário que é um homem e que foi nomeado pelo Conselho Executivo para controlar a presença aos trabalhos. Não é difícil imaginar o que devem pensar as mulheres. A iniciativa para formar a cooperativa surgiu, segundo as cooperativistas, de uma ordem do Governo; que se juntassem e que a cooperativa fabricasse muitas panelas e fogões e iam ter apoio do Governo para ir vender fora. Se bem que conheçam as vantagens da cooperação, não há uma ideia clara do que é uma cooperativa e quais são as vantagens económicas, políticas e sociais que se podem tirar se utilizarem a cooperativa não só como meio de sobreviver, mas como meio de desenvolvimento e de construção do socialismo.

Uma das actividades a que se tem dedicado este grupo é o fabrico de fogões de barro cuja introdução experimental foi iniciada pelo Projecto FO-9, para ajudar a poupar o consumo de lenha que escasseia no Planalto. Mas as cooperativistas, assim como os outros aldeões, ainda não utilizam nenhum, nem compreenderam claramente a sua utilidade. Quer dizer, compreendem que poupa lenha, mas no cozer da farinha de milho que é a comida mais espalhada no Planalto, torna-se problemática a sua utilização porque têm que agarrar ou segurar a panela enquanto mexem a farinha. Por outro lado dá muito bem para cozer feijão, arroz, batatas. A ideia veio do Ruanda ou do Burundi, onde a farinha de milho não é tão comum.

Cooperativa de tijolos

Esta cooperativa também surgiu de orientações dadas numa reunião em Junho de 1983, e tem 15 elementos. No entanto, até Agosto 1983 não estava a funcionar. O chefe do grupo tem experiência anterior porque trabalhou com os padres da missão de Lipelua. Os cooperativistas juntam-se três vezes por semana para se dedicarem a esta actividade. Até agosto de 82, não tinham começado os trabalhos porque não foi possível localizar o barro adequado.

A forma como vai ser distribuído o lucro, o problema das faltas, a responsabilidade de cada elemento, ainda não estão clarificadas. No entanto, para os cooperativistas o objectivo mais importante a conseguir é o apoio do Governo porque "eles não vão apoiar um indivíduo, só vão apoiar um grupo".

Cooperativa de mel

Tem 11 elementos e é chefiada por um indivíduo que, para além de ser a pessoa que mais cortiços tem ao nível da aldeia, é assalariado, trabalhando como jornaleiro na machamba experimental do FO-9.

Esta cooperativa também não possui normas internas, não tinha uma estrutura, nem estão definidas as responsabilidades e deveres de cada membro. Receberam uma ajuda inicial do Projecto FO-9 que forneceu 6 colmeias, integrado num plano de distribuição por vários grupos existentes no planalto, e presta assistência técnica. O motivo principal para se terem associado, segundo o responsável, era obter apoio do Governo porque o Governo só ia apoiar grupos, nunca apoiaria indivíduos. Uma boa parte dos associados são jovens. Nenhum dos membros desta cooperativa forneceu qualquer enxame para povoar as colmeias existentes. Todos os enxames foram comprados a outros indivíduos.

Cooperativa agrícola

Foi organizada recentemente, e tem 27 membros, estando intimamente ligada à cooperativa de consumo. A razão apresentada pelos cooperativistas é a seguinte: "o responsável das aldeias comunais em Mueda disse que a cooperativa de consumo não poderia ter quota de abastecimento se não tivesse um sector de produção agrícola, e aí decidimos abrir uma machamba que está projectada em dois hectares e deverá ser aberta num local onde funcionou a Machamba 25 de Lázaro N'Kavandame."

Cooperativa de consumo

A cooperativa de consumo, segundo os cooperativistas, já vinha do tempo da guerra (aliás, como a de olaria) e era organizada pelos membros da cooperativa de escultura. Em 1978, foi estruturada em novos moldes, tendo sido aceite a inscrição de todos aqueles que pudessem pagar uma certa quantia para entrar na cooperativa.

Em 1978-79, a cooperativa de consumo começou a ter dificuldades em obter produtos em Mueda, porque não estava registada. Em 1982, receberam uma informação de que a cooperativa tinha que envolver toda a população da aldeia. Decidiram que cada habitante adulto tinha que pagar 100,00 xillings (500,00 MT ?). Recolheram o dinheiro e deslocaram-se a Mueda para levantar os produtos, o que não conseguiram até Agosto 1982. Nessa altura foram informados que para terem cooperativa de consumo tinham que ter uma cooperativa agrícola, pelo que se decidiu organizar uma machamba cooperativa.

As principais actividades são:

Problemas específicos: escola, saúde, transportes

A escola da aldeia tem dois professores do ensino primário e 77 alunos, distribuídos pela 1ª e 2ª classes. Os principais problemas que a escola tem de enfrentar são a fuga dos alunos que são levados pelos pais para as zonas onde vivem, e a falta de resposta por parte das estruturas distritais aos problemas que colocam. O DEC distrital já há muito tempo que não vem a aldeia e quando vem é só para tratar de questões de serviço do Partido. Quanto à saúde, existe um AP (agente polivalente) na aldeia, que não cumpre as suas funções porque não tem medicamentos, e quando tem dá primeiro aos elementos da sua

família.

No que diz respeito aos transportes, não há transportes públicos para esta região. Para se deslocarem à Mueda as pessoas vão a pé, numa viagem que leva 4 horas, ou apanham boleia de qualquer viatura que se desloque ao local.

Conclusões

A aldeia Nanhala é uma comunidade bastante instável. As casas estão velhas e verifica-se que a maior parte dos seus habitantes não têm planos para se fixar definitivamente na aldeia. O primeiro problema que salta à vista a qualquer pessoa que tente compreender a vida na aldeia é a desmobilização da população que se reflete na fraca participação nas reuniões e nas formas de produção colectivas. Alguns aldeões incluindo o Presidente tendem a atribuir os problemas à sua falta de autoridade e afirmam: "Durante a guerra eram bem informados e quando eram chamados para fazer um trabalho deixam dizer publicamente que não vinham. Já sabia-se que era o inimigo. Tinha que vir senão dava-se o título de espião".

Esta visão da Luta Armada como um processo autoritário e repressivo é muitas vezes utilizado por um pequeno grupo dentro da aldeia para não apresentarem os verdadeiros problemas que existem. Para justificar o seu ponto de vista autoritário utilizam também algumas questões que são reais e que são aceites pela população: "já não têm medo, ficam na cadeia dois ou três dias e voltam para cá."

Este tipo de divergências de interpretação revela que há uma crise na aldeia e que estes aspectos representam a posição de um pequeno grupo que controla o poder político e através dele, controla os processos económicos. Isto pode ser verificado nas relações que existem entre a cooperativa de consumo, cooperativa de produção e Conselho Executivo. (Muito comparável à situação encontrada em Namanga). E esta estratificação em termos de classe no seio das aldeias e o domínio das estruturas políticas e económicas por parte de um grupo que tenta servir-se dela para realizar os seus projectos de enriquecimento individual que está na base da maior parte dos problemas. E esta situação é agravada pelo facto de o Aparelho de Estado não resolver alguns problemas fundamentais que afectam a vida do camponês.

A inexistência de produtos básicos para a alimentação, a falta de capulanas (muitos preferem ficar nas machambas e não vêm às reuniões porque a sua roupa está podre), os termos de troca desiguais ("recebemos 350,00 MT por três sacos de algodão -- não dão para comprar um metro de capulana") e a falta de instrumentos de produção como enxadas, scatanas, limas são as queixas mais regulares e mais ouvidas. Em particular os termos de troca são mencionados como sendo inaceitáveis, quando se compara aos do tempo da Luta Armada. A resposta dos funcionários do Estado e do

Partido, de que esta situação se deve à subida de preços no mercado mundial, está muito longe de satisfazer os camponeses que não vêm porque produtos importados devem ser pagos mais caros enquanto os seus continuam a receber um preço baixo.

Uma parte dos camponeses começam a olhar com desconfiança para o que se passa e o Conselho Executivo aproveita-se da situação para dizer: "O Presidente disse que fomos tirar os colonos para governarmos, agora, isto que nós temos é governar?" E esta dúvida que também vai ficando pouco a pouco na população que diz que "uma pessoa faz uma machamba de gergelim e só recebe 150 MT". A população diz que não têm forma de arranjar dinheiro. Quando vai trocar, chegam e dizem que "fomos roubados".

Em Nanhala, há casos de pessoas que têm produtos que estão a apodrecer porque praticamente há dois anos que não conseguem vender, porque as brigadas de comercialização não vêm há dois anos, porque a ponte está má. A falta de actuação, tanto do Partido como do Estado, faz-se sentir constantemente. Quando se pergunta a militantes do Partido porque é que não denunciaram os donos das terras que estão na estrutura, dizem que "ninguém nos disse que isso era problema para alguém ser eleito." Daleli NKuchi que é responsável político da aldeia, controla as terras situadas perto do rio Lipuedi que são muito boas para o cultivo de frutas e hortaliças.

Segundo alguns camponeses "há pessoas que impedem a outros de cultivar no mato e arrancam mesmo a porção cultivada." O pior está no riacho Lipuedi, já não admite a ninguém abrir mato para uma horta. Só se admite que trabalhe um ano, no ano seguinte tira-se. Recomendações são dadas de não pôr bananeiras, cana. "Você só pode ter tomate, hortaliças." O Administrador do Distrito diz ter conhecimento de que as estruturas são fracas e que não as mudou porque não teve tempo, reconhecendo assim a sua responsabilidade.

A descrição da situação actual em Nanhala precisa ainda de ser analisada. As origens das contradições em Nanhala devem ser analisadas como um todo. Elas não são apenas o produto de um pequeno grupo de aldeões confusionistas. O Partido e o Aparelho de Estado têm também uma responsabilidade nesta situação. Nas análises subsequentes será preciso estudar como a actuação do Estado e do Partido têm contribuído para criar a situação actual que predomina em Nanhala. Para já pode-se afirmar que o exercício do poder se tem feito geralmente sem desenvolver um estudo crítico da situação. A prática do poder têm sido dar orientações, e essas orientações podem ser divididas pelo menos em dois tipos: orientações substanciais e formais. Geralmente, as mais fáceis de cumprir são as orientações formais como, por exemplo, a limpeza da aldeia, plantio de árvores, abertura de uma machamba colectiva. As orientações substanciais são mais difíceis porque, provavelmente, exigem uma certa competência organizativa, um sentido pedagógico, uma dedicação política constante e o desejo de viver os problemas do povo para os resolver.

Geralmente, nota-se que nas reuniões existe mais preocupação de respeitar aspectos formais do que resolver problemas de fundo. Mas reparar em tudo isto não é suficiente pois que a actuação dos funcionários do Estado e do Partido não vêm só do facto de eles se encontrarem a actuar em Nanhala, mas também porque o seu estilo de trabalho está determinado por uma prática que existe a nível nacional.

...

...

...

...

VI. CONCLUSÃO GERAL

Na aldeia Nanhala encontra-se, talvez num grau elevado, toda a complexidade das contradições que se encontram no Planalto. Por um lado há o mau funcionamento do Aparelho do Estado e do Partido já mencionado. Por outro lado, dentro da aldeia, há um processo de desintegração/diferenciação social que ainda não foi possível analisar. Mas daquilo que observamos podemos fazer certas hipóteses. Em primeiro lugar a diferenciação social que existe e está a desenvolver-se não está directamente ligada a um processo clássico de proletarianização. É preciso estudar em detalhe as relações entre o número de proprietários de machambas e as diversas formas de trabalho (que às vezes não é apresentado como trabalho assalariado porque não há pagamento em dinheiro), por exemplo, salário e chibalugua. O chibalugua é uma forma antiga de contratar pessoas para fazer um trabalho determinado. A diferença central entre o chibalugua e o salário é que o primeiro é uma contratação por tarefa enquanto o salário é uma forma de pagamento regular e permanente. Há outras formas que são variantes do chibalugua que são às vezes erradamente caracterizadas como formas de ajuda mútua, sobretudo quando não há reciprocidade. Sobre estas formas, tem que se fazer um estudo mais profundo.

As origens desta diferenciação têm que ser também mais estudadas. Tem havido uma tendência de ver nos "regressados" da Tanzania uma das fontes principais das contradições que se enfrentam hoje no Planalto. Por regressados, no sentido restrito, entende-se o grupo de Moçambicanos que durante o tempo da Luta Armada preferiu ficar nos campos de refugiados. Em Namaua, por exemplo, não parece haver muito deste grupo pois que a maioria desses foram colocados em aldeias específicas. Portanto, seria difícil no caso de Namaua atribuir os problemas ou as contradições aos regressados no sentido estrito.

Mas pode-se entender regressados no sentido lato, quer dizer, além dos refugiados todos os Moçambicanos que preferiram continuar a viver na Tanzania, quer nos campos de refugiados quer como assalariados. Mesmo assim, considerar este grupo como a maior fonte das contradições que operam no planalto seria um erro. É verdade que este grupo não conhecia nada ou quase nada do sentido da luta da FRELIMO e que o que lhes interessava era regressar à terra e cultivar os seus interesses pessoais. Por outro lado houve no seio deste grupo Moçambicanos que contribuíam regularmente para a Luta Armada com dinheiro e generos.

No processo de diferenciação de Namaua, aqueles que já foram assalariados são também aqueles que mais recorrem a chibalugua. Em 481 inquéritos recolhidos em Namaua pela Oficina de História, 245 foram assalariados ou na Tanzania ou em Moçambique ou em ambos os países, enquanto 236 nunca foram assalariados. No grupo dos assalariados há um total de 25 que declararam ter recorrido

ao chibalugua enquanto no outro grupo só 12, num total de 236 inquiridos. A diferença é bastante significativa e confirma uma tendência que se encontra no Sul do País em que os assalariados conseguem utilizar o dinheiro poupado para, pelo menos, alguns deles crescerem e se transformarem em pequenos capitalistas. Este grupo é ainda muito reduzido, mas o seu impacto podia vir a ser poderoso, caso houvesse uma aliança entre este grupo e os antigos donos de terra. No entanto, o facto mais notável é o forte grau da proletarianização.

Estaríamos perante uma nova classe de novos exploradores como nos tempos de Nkavandame? A questão é muito pertinente, mas deve resistir-se a dar uma resposta simples. Ao nível descritivo, não há muita discordância entre aquilo que foi apontado neste relatório e as observações feitas pelos membros do Partido, funcionários do Estado e trabalhadores do projecto FO-9. As divergências surgem ao nível analítico.

Por exemplo, oficialmente recorre-se ainda demais a uma explicação dos recuos no planalto que os atribui à presença de Moçambicanos que tinham vivido em campos de refugiados das Nações Unidas. A palavra regressados carrega com ela muitos significados, mas mesmo assim não pode substituir conceitos analíticos. Tem havido regressados que assumiram a linha da FRELIMO, portanto o facto de ressurgirem novos comportamentos parecidos aos dos colonialistas não pode ser atribuído unicamente à presença dos regressados.

Ao chegar ao fim deste relatório uma conclusão impõe-se que é a necessidade de passar das descrições a análises e construção de conceitos que permitam entender os processos que estão a decorrer. Para isso é necessário recolher mais dados, mas sabendo muito bem que a recolha de mais dados não vai resolver a necessidade de análises pontuais.

CEA Relatório nº.83/4

Preço:

Preço (p/alunos):

Tiragem: 300 ex.

Exemplar nº.

051

**Universidade Eduardo Mondlane. Centro de
Estudos Africanos**

**A situação nas antigas zonas liberta
das de Cabo Delgado. / Centro de Estudos
Africanos. -- Maputo: Centro de Estudos
Africanos, 1983.**

p. (CEA Relatório nº. 83/4)